

**SEMÍNÁRIO REGIONAL DA COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA FEDERAL – PNE – DECÊNIO 2011/2020.**

Às nove horas do dia vinte e sete de maio de dois mil e onze, no Plenarinho desta Casa Legislativa, deu-se o Seminário Regional da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação da Câmara Federal – PNE – Decênio 2011/220.

A Senhora Mestre de Cerimônia (**Siloany Neves**) - Nesse momento convidamos a vice-Presidente da Comissão Especial do PNE, Deputada Federal **Tereza Surita** Para presidir a Mesa dos Trabalhos.

Convidamos, ainda, para compor à Mesa de Abertura, o Senhor Governador do Estado de Roraima, **José de Anchieta Júnior**; o Senhor Deputado Federal **Angelo Vanhoni**, Relator da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação na Câmara Federal; o Secretário Adjunto do Ministério da Educação, Professor **Francisco das Chagas Fernandes**, representando nesse ato o Ministro da Educação **Fernando Haddad**; Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Deputado **Chico Guerra**; Senador da República, **Romero Jucá Filho**; Secretária de Educação Cultura e Desportos, Professora **Lenir Rodrigues Lutsgard Moura**; Promotor da Justiça da Infância e Juventude, Doutor **Márcio Rosa da Silva**.

Gostaríamos de registrar a presença do Chefe da Casa Militar, Coronel **Edson Prola**; do Chefe da Casa Civil, **Sérgio Pillon**.

Nesse momento se assenta à Mesa o nosso convidado, Deputado Federal **Angelo Vanhoni**, Relator da Comissão Especial do Plano Nacional da Educação.

Registramos, também, a presença dos Deputados Federais **Édio Lopes e Raul Lima**, ex-Deputados desta Casa Legislativa; e Federal **Luciano de Castro**; Senhor **Nonato Villarins**, Presidente do Conselho Estadual de Educação; Pró-Reitora de Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Roraima, Professora **Alda Amorim**, neste ato representando o reitor, Doutor **Amilton Gondin**; Professor **Jairo Araújo**, Reitor da Universidade Virtual de Roraima; Doutor **Laerte Thomé**, representando o Conselho

Regional de Medicina; Senhor **Marcelo Millenium**, representando neste ato a Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia; Prefeito do Município de São Luiz do Anauá, **James Batista**; do Município do Amajari, **Rodrigo Cabral**; da imprensa e demais convidados aqui presentes.

Registramos, ainda, a presença do Diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Estado de Roraima, o Senhor **Josinaldo**.

Nesse momento solicitamos que todos fiquem de pé para cantarmos o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional).

A Senhora Mestre de cerimônia (**Siloany Neves**) – Registramos, ainda, a presença dos Deputados Estaduais, **Aurelina Medeiros**, Primeira Vice-Presidente da Casa; **Remídio Monai**, Segundo Secretário; **Marcelo Cabral**, Terceiro Secretário e **Rodrigo Jucá**.

Saudamos todos os representantes da educação do Estado de Roraima, representante da ONDIME; Secretária Municipal de Educação em Caracaraí, Professora **Ernandina Silva Carvalho**; representante do Ensino Superior Público, Professora **Ednalva Dantas**, da Universidade Federal de Roraima; Doutor **Mozar Pinheiro**, representante do Ensino Superior Privado, Professor **Edvaldo Pereira da Silva**; representante do Ensino Profissionalizante de Roraima; Doutor **Arnaldo Mendes**, Diretor Regional do SENAI; representante do Sistema “S” de Roraima; Professor **Josinaldo Barbosa Bezerra**; representante do Sindicato dos Professores; Senhor **César Ricardo**, representante do Movimento Estudantil; Professor **Marcos Braga**, representante do Ensino Indígena; Professora **Lilian Vieira**, do Colégio Objetivo Macunaíma, Representante do Ensino Fundamental e Médio das Escolas Particulares; Professor **Herivelto Amoras**; representante do Departamento de Ensino Médio da Secretaria Estadual de Educação, Senhora Secretária Municipal de Educação, **Stella Damas**, representante do Ensino Infantil e Fundamental; Professor **Elmes Dias**; o representante da Associação de Pais e Mestres do Ensino Fundamental e Médio; Doutor **Geraldo Tissianele**; representante das Faculdades Cathedral, Senhora **Ivone Saluse**, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, e como já citado, o Presidente do Conselho Estadual de Educação, Professor **Raimundo Nonato Villarins**.

Anunciamos a palavra da vice-Presidente desta Comissão Especial do PNE, Deputada Federal **Teresa Surita**.

A Senhora Presidente da Mesa, Deputada Federal (**Teresa Surita**) – Bom dia, quero saudar a todos, cumprimentar o Governador do Estado, **José Anchieta Júnior**, agradecer desde esse momento a presença do Deputado **Angelo Vanhoni**, Relator do Plano Nacional de Educação; do Doutor **Francisco das Chagas Fernandes**, Secretário Executivo Adjunto do Ministério de Educação, do Senhor **Francisco Guerra**, Presidente da Assembleia Legislativa, que nos cedeu, nos ajudou a fazer essa festa tão bonita, esse debate tão importante; do Senador **Romero Jucá**, nosso líder; Professora **Lenir Rodrigues**; Secretária de Estado da Educação; do Doutor **Márcio Rosa**, uma pessoa por quem tenho muito respeito e que faz um excelente trabalho, Promotor da Infância e da juventude; da Professora **Ernandina Silva Carvalho**, representando a ONDIME; da Professora **Edinalva Dantas**; representante o Ensino Superior Público; Doutor **Mozar Pinheiro** representante do Ensino Superior Privado; do Professor **Edvaldo Pereira da Silva**, representante do Ensino profissionalizante de Roraima; do Doutor **Arnaldo Mendes**, Diretor Regional do SANAI, representante do Sistema “S” de Roraima; do Professor **Josinaldo Barbosa Bezerra**, representando o Sindicato dos Professores e Trabalhadores de Roraima, SINTER; do Senhor **César Ricardo**, representante do Movimento Estudantil, URES; do Professor **Marcos Braga**, representante do Ensino Indígena; da Professora **Lílian Vieira**, representante do Ensino Fundamental e Médio das Escolas Particulares; Professora **Stella Damas**, Secretária Municipal de Educação de Boa Vista; do Professor **Herivelto N. Amoras**, representante do Departamento de Ensino Médio; do Professor **Elmes Dias**, representante da Associação de Pais e Mestres do Ensino fundamental e Médio; da minha amiga querida **Ivone Salute**, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Quero agradecer a presença, também, dos Prefeitos **James** do Município de São Luiz e **Rodrigo** do Município do Amajari; dos Deputados Estaduais aqui presentes.

Quero saudar a todos em nome da Deputada **Aurelina Medeiros**, agradecer a presença dos Deputados Federais que estão neste momento aqui para debater o Plano, Deputados **Raul Lima**, **Edio Lopes** e **Luciano Castro**; da Senhora **Fernanda Rizzo** da SETRABES e, do Secretário Estadual de Saúde, **Leocádio Vasconcelos**.

Considero muito importante o momento que estamos vivendo aqui no Estado de Roraima. Acho que isso se deve a presença

de todos vocês, representando todos os segmentos num debate tão importante que visa a construção do novo Plano Nacional de Educação.

Nossa maior preocupação, e eu que tenho acompanhado todas as Sessões em Brasília como vice-Presidente da Comissão, é construir um Plano Real, um plano que possa ser de fato implantado, que possa ter um diagnóstico, um acompanhamento e que traga a melhoria para o nosso País. O plano que está sendo discutido hoje tem 20 metas, é diferente do plano que está terminando agora com 295 metas. No contexto complicado, até para acompanhar o diagnóstico, eu entendo que o resultado desse trabalho, sem dúvida nenhuma, no prazo de mais 10 anos, é podermos atingir a universalização da educação básica para as crianças e jovens de 04 a 17 anos, alfabetizar todas as crianças até 08 anos de idade, abordar a questão da educação infantil, do ensino fundamental, com intuito de universalizar o atendimento aos estudantes com deficiência, oferecer pelo menos 50% do ensino integral na rede pública, melhorar a questão do atendimento com qualidade para os nossos alunos e, também, proporcionar uma melhor condição Para os nossos educadores.

As escolas precisam ter boas estruturas, os professores precisam ter boas condições, os salários precisam ser melhorados, os alunos precisam ser bem direcionados e a escola precisa ser protetora. A escola, hoje, precisa ser uma escola onde agregue a família e a comunidade, uma escola interessante, que os alunos prefiram ficar dentro dela as ruas, muitas vezes procurando um caminho que não dar a condição melhor para a sua vida.

Eu entendo o porquê desse debate. O Deputado **Angelo Vanhoni** está visitando todos os Estados do Brasil, pegando toda a realidade de cada lugar para que ele possa fazer, realmente, um relatório que mude a realidade de hoje, onde possamos encontrar gargalos para uma melhor qualidade para a nossa educação.

Estou muito feliz de estar aqui hoje, falar na minha casa é uma alegria para mim. Minha casa, digo, na cidade de Boa Vista, mais ainda aqui na Assembleia Legislativa, e quero dizer para vocês que estamos à disposição, queremos receber todas as propostas, todas as idéias para que possam, dentro do possível, serem transformadas em emendas e lutarmos em Brasília para que realmente esse sonho de uma educação de melhor qualidade, atendendo melhor com menos desigualdade, possamos conseguir.

Quero agradecer muito a presença de todos e pedir que realmente participem desse debate. Todos poderão falar, deverão falar, deverão trazer a sua visão diante do dia-a-dia que vocês vivem dentro do problema educacional do nosso Estado.

Antes de encerrar, queria agradecer a presença da Primeira-Dama **Shéridan**, que está aqui nos prestigiando também. Estamos à disposição e vamos conversar o que for possível até a hora do encerramento. Muito obrigada a todos.

A Senhora Mestre de Cerimônia (**Soane**) – Nesse momento, um momento especial, o Deputado Federal, Doutor **Angelo Vanhoni**, gostaria de fazer uma saudação inicial. Vamos realizar essa quebra de protocolo.

O Senhor Deputado Federal **Angelo Vanhoni** – Relator do PNE. – Quero cumprimentar todas as mulheres aqui presentes e aos homens também, cumprimentar o Senador **Romero Jucá**, nosso Governador **José de Anchieta**, o **Chagas** que é o nosso Secretário do Ministério da Educação. Minha saudação especial a **Teresa**, vice-Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, cumprimentar a nossa **Lenir**, Secretária de Educação do Estado, o nosso querido Presidente aqui da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, meus amigos Deputados Federais que estão presentes, **Luciano, Raul Lima e Edio Lopes**, os Deputados Estaduais, os diretores de escola, os professores aqui presentes, os trabalhadores da área de educação, os representantes que estão aqui para discutir os problemas, trazer as sugestões para a área da educação, para o plano que nós estamos discutindo no Congresso Nacional. Rapidamente quero fazer três considerações, primeiro em relação ao momento em que o Brasil passa. A **Teresa** falou do plano que está findando, é um plano que foi aprovado na Câmara dos Deputados em 2001. Em 2001, o Brasil era outro, a percepção das pessoas era outra a respeito do Brasil, os problemas eram outros em 2001, há dez anos, e se nós olharmos para o passado veremos que o Brasil mudou muito. Hoje o País está num processo de desenvolvimento econômico, de geração de emprego, tem perspectiva de futuro para as pessoas, a educação tem um outro papel nesse momento, e a percepção da importância da educação tem um novo papel. Então, em primeiro lugar, o Brasil é diferente. Em segundo lugar, o plano, a concepção de plano é completamente diferente do que foi votado e aprovado há 10 anos. São vinte metas. E, por que é um plano enxuto, pequeno, com essa característica de vinte metas? Para que a população, os professores, os pais, as mães, os trabalhadores em geral possam entender quais são as metas, as necessidades do Brasil ao longo dos próximos 10 anos. O que o Brasil está propondo na área da educação para acontecer de bom no nosso País nos próximos 10 anos?

Então, metas que as pessoas possam entender e perceber, porque quando você entende é fácil de você perceber, é mais fácil, também, você fiscalizar, saber se os Governos Estaduais e Municipais e o Governo Federal estão agindo de acordo com aquelas metas que foram aprovadas. O terceiro ponto diferente de 10 anos atrás, é que agora em 2009, o Deputado **Luciano** lembra disso, o Senador **Romero Jucá** também participou disso, nós fizemos uma mudança na Constituição do Brasil que para a educação foi uma revolução, não existia antes e pouca gente sabe disso.

O atual plano que estamos discutindo é diferente do plano passado. No plano passado nós elencamos quase 300 metas e aprovamos o plano, só que existia uma obrigação do Poder Executivo de dar o dinheiro para cumprir estas metas. Nós aprovamos uma mudança na Constituição em 2009, que garantiu a obrigatoriedade do ensino a partir dos 04 anos de idade, não mais dos 06, e não até os 14, mas, agora, até os 17 anos de idade. Então, quando chegarmos a 2016, as cidades, no Brasil inteiro, terão que garantir escola e professor para toda criança a partir de 04 anos até os 17 anos de idade. Isso é uma obrigação condicional, está aqui o Promotor da Infância e da Juventude, nos prestigiando, o gestor que não cumprir essa determinação constitucional, pode sofrer um processo na justiça. Como existe hoje a lei e a obrigação constitucional de por o dinheiro, quanto do PIB será investido em educação ao longo dos próximos 10 anos? Não existia essa atribuição na nossa Constituição ao Plano Decenal da Educação, agora existe. Então, a diferença do momento está no Brasil que cresce que está construindo o futuro, reorganizando os Estados, que está com políticas públicas, procurando desenvolvimento, este é um momento diferente, novo. Sobre a concepção do plano e a obrigatoriedade de por o dinheiro, quanto do PIB será gasto no plano? Essas três vertentes vão nortear um novo momento para a educação nos próximos anos no nosso País.

Portanto, uma reunião como essa é importante para nós da Comissão Especial, nós Deputados que vamos analisar e votar este plano na Câmara dos Deputados a partir de agosto e setembro. Depois os Senadores terão a incumbência de analisar a proposta da Câmara, de olhar melhor o texto, se acharem necessário fazer alterações, façam, se não fizerem, irá direto à Presidente **Dilma** para sancionar o texto.

Esperamos aprovar esse plano neste ano, porque ano que vem é processo eleitoral e achamos que será muito difícil a Câmara dos Deputados e o Senado, na véspera de um processo eleitoral, de eleições de prefeituras em todo o Território Nacional, terem condições

políticas de aprovarem o plano no ano que vem. Por isso, o esforço para que seja aprovado este ano.

Para nós estarmos aqui é porque o assunto é importante, o Brasil é muito grande, as diversidades regionais são imensas no nosso País, nós sabemos disso e conhecemos a realidade das principais regiões do nosso País. Foi uma incumbência que a Comissão Especial dos 25 Deputados tirou como condição para que pudéssemos produzir um relatório que seja um espelho das necessidades, não do eixo sul e sudeste do nosso País que já é desenvolvido, mas, um plano que seja um espelho das necessidades do Brasil como um todo, sobretudo, do Norte, do Nordeste, do interior do nosso País que precisa da atenção do Poder Executivo Central para ajudar nesse processo de desenvolvimento econômico e humano.

Então, faço uma saudação, em nome do Presidente da Comissão Especial, Deputado **Gastão Vieira**, a toda comissão. Saio daqui, já no início desse seminário, dessa audiência, muito feliz, porque aqui estão presentes os Poderes Públicos Municipal, Estadual, os agentes políticos do Estado de Roraima, a sociedade organizada, envolvida no processo educacional, cuja tarefa será muito grande depois do plano ser aprovado na Câmara. O Estado vai ter que fazer um plano, bem como, o Município para que a educação seja tratada de forma sistêmica em todo Território Nacional. Queremos cuidar da qualidade da educação das nossas crianças, da educação infantil e, também, do ensino superior, na formação de doutores, de engenheiros, na formação de profissionais de nível superior. Se nós não entendemos o processo de formação de forma sistêmica, vamos falhar com o projeto de sociedade, o qual é voltado para o ser humano que nós queremos para o Brasil.

Um abraço para vocês e boa reunião nesta manhã.  
Muito obrigado.

A Senhora Presidente da Mesa, Deputada Federal (**Teresa Surita**) – Passo a palavra ao Promotor de Justiça da Infância e Juventude, Doutor **Márcio Rosa**.

O Senhor Promotor de Justiça da Infância e Juventude, Doutor **Márcio Rosa** – Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima, **José de Anchieta Júnior**; Excelentíssima Senhora Deputada Federal, Coordenadora deste Evento, **Teresa Surita**; Excelentíssimo Senhor Senador da República, **Romero Jucá**; Excelentíssimo Senhor Deputado Federal, **Angelo Vanhoni**; Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, Deputado **Chico**

**Guerra**; Senhor Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Educação, **Francisco das Chagas Fernandes**; Excelentíssima Senhora Defensora Pública e Secretária de Estado da Educação, **Lenir Rodrigues** e, também, saúdo as demais autoridades na pessoa do Professor **Josinaldo Barbosa**, Presidente do SINTER, meu colega de mestrado; Senhoras e Senhores. Primeiramente, quero parabenizar a Deputada Federal **Teresa Surita** pela iniciativa de trazer esta audiência para o Estado de Roraima, certamente será uma excelente oportunidade para que a nossa realidade local também seja contemplada no Plano Nacional de Educação.

A Educação é um direito fundamental da pessoa humana. A constituição Federal prever que a educação é um dos direitos sociais dos cidadãos, e no caso das crianças, adolescentes e jovens devem ser providas com prioridades absolutas, princípio este também estabelecido pela Constituição da República.

Quem deve garantir esses direitos é a família, a sociedade e o Poder Público de todas as espécies. Cabe, também, ao Ministério Público, dentro das suas atribuições, zelar para que esse direito fundamental seja devidamente garantido ao cidadão. Na Comarca de Boa Vista esse papel era incumbência da Promotoria da Infância e Juventude até o ano de 2008, quando foi criada a Promotoria de Defesa do Direito à Educação, a PRODIR que serviria como indicativo das principais dificuldades da educação em Roraima, e Para subsidiar as discussões que ocorreram no dia de hoje, e a título de informação a todos aqui, trouxe dados consolidados, em referência de 2010, acerca dos procedimentos que tramitaram no Ministério Público, na comarca da capital, referente aos direitos à educação.

No ano passado foram 24 procedimentos relativos à falta de estruturas nas escolas, referente à rede municipal e estadual de ensino e, também, a rede privada de ensino. Reclamações acerca da estrutura física, da falta de professores em determinadas disciplinas, super lotação nas salas, falta de professores indígenas etc.

Ainda tramitaram quatro procedimentos relativos à falta de acessibilidade nas escolas e, também em 2011, já são 10 procedimentos sobre esse assunto, incluindo aí, também, as escolas da rede privadas. Isso mostra que ainda há muito a se fazer para uma efetiva educação inclusiva nos termos das elevadas diretrizes da convenção da ONU, sobre os direitos das pessoas com deficiência, que no Brasil tem status de emenda constitucional. Também no ano passado, tramitaram na Promotoria da Defesa da Educação, três procedimentos sobre a falta de transporte escolar. Em 2011, já são 08 procedimentos a esse respeito, porque com as distâncias que o nosso

Estado tem, especialmente na área rural, impede o acesso à educação, uma vez que, impossibilita o aluno de chegar à escola. Também no ano passado, foram 95 denúncias de falta de vagas ou recusas de matrículas e, nesse caso, felizmente, quase todas foram resolvidas.

Estes são alguns dados que podem nos auxiliar na elaboração do Plano Nacional de Educação, o que mostra as demandas que a população leva ao Ministério Público do Estado de Roraima. Mas, além destes dados, eu tenho um testemunho pessoal a dar como Promotor da Infância e Juventude. Atendo adolescentes que cometem atos inflacionários, que se envolvem em crimes, que o ECA chama de oitiva informal, momento em que o Promotor atende o adolescente e conversa a respeito do ocorrido e, eu sempre pergunto para este adolescente sobre a sua família e sobre a sua educação. E, nesses 10 anos como Promotor da Infância e Juventude, posso afirmar categoricamente que até hoje, todos os adolescentes que cometeram atos inflacionários, 95% deles já tinham abandonado a escola em algum momento. Cometeram atos graves infracionais, como roubos com uso de armas e homicídios. Se, estavam estudando, estavam fora da série correta para idade, e muitos estavam apenas matriculados, mas, não estudavam de fato, outros sequer matriculados estavam. Já atendi alunos que na quarta, na quinta série, não sabiam ler e escrever, ainda analfabetos.

Eu creio que a única forma de redenção desses jovens é a educação, somente com educação de qualidade, que prepare para vida, que proveja a profissionalização, que descortine horizontes, esses adolescentes poderão refazer suas vidas. Somente a educação, no sentido mais amplo da palavra, é que pode transformar a vida da criança e do adolescente, desenvolvendo suas atividades e fazendo-os enxergar que o caminho da violência e do crime não é uma boa alternativa, mas, para isso, é necessária uma escola estruturada, atrativa, com profissionais valorizados, mas, também, vocacionados e que ministrem um conteúdo que tenha ligação com a vida cotidiana do aluno. Um maior investimento na educação implicará diretamente em menor necessidade de gastos com penitenciárias, instituições para adolescentes infratores. Maiores cuidados com a educação refletiram diretamente na diminuição da violência. Investir e cuidar da educação com a devida prioridade, levará nosso País muito rapidamente a patamares mais elevados, não somente na economia, mas no índice de desenvolvimento humano e, conseqüentemente, na sensação de bem estar das pessoas.

Eu sei que esse é um problema de todos, da família, que tantas vezes não tem capacidade de dar estrutura Para essa

criação, do adolescente, da sociedade que muitas vezes ignora o problema e, também, do poder público de todas as esferas, que nem sempre garantem os direitos das crianças e do adolescente com a devida prioridade absoluta.

Assim, espero que sejam bastante proveitosas as discussões no dia e hoje, e que o Plano Nacional de Educação contemple as demandas que eu mencionei.

O Ministério Público de Roraima, através da Promotoria da Infância e Juventude, coloca-se à disposição Para contribuir, pois essa é uma missão de todos nós e o nosso futuro depende disso. Muito Obrigado.

A Senhora Presidente da Mesa, Deputada Federal (**Teresa Surita**) – Convido Para fazer o uso da palavra o Presidente da Assembleia, Deputado **Chico Guerra**.

O Senhor Deputado **Chico Guerra** – Bom dia minhas Senhoras e meus Senhores, Governador, em nome do qual quero cumprimentar todos os funcionários do Estado, nosso querido Senador **Romero Jucá**, em nome do qual cumprimento todos os políticos federais aqui presentes, nossa querida Deputada **Teresa Surita**, que hoje preside esta reunião, Senhores membros da Mesa, Senhor Relator, **Angelo Vanhoni**.

Ficamos satisfeitos em ver hoje, em Roraima, o que estar acontecendo. Estou na vida pública há mais de 20 anos e nunca vi um programa em nível nacional que viesse aqui em Roraima para ver as suas precariedades, suas dificuldades. O que vemos é o contrário, o que se faz de bom no centro oeste e no sul, não se traz para a Amazônia, para Roraima, como se aqui não fosse um lugar, merecedor. Por isso, quero Parabenizar pela sua sensibilidade de trazer para Roraima, aqui para Assembleia Legislativa, para que sejam também discutidos, os problemas de Roraima, e que sejam aplicados. Quando estiver pronto esse plano, que Roraima seja, também, contemplada, mas com propostas que venham de encontro ao que necessitamos, não com o que as pessoas que fazem o plano achem necessário. E aí nobre Relator, um dos problemas é a nossa saúde, que olhe com atenção os problemas indígenas do Estado de Roraima, pois temos localidades que só se vai de avião e somente de avião de pequeno porte. Agora, imagine como é levar a educação a essas localidades. É de fundamental importância que se tenha uma atenção especial para esse tipo de problema, porque nós também temos a responsabilidade de educar as comunidades indígenas.

Hoje o Estado de Roraima pode ser considerado celeiro quanto à formação de pessoas. Temos a maior média nacional de pessoas que fazem universidade no Estado, e isso nos orgulha, mas, também, nos preocupar porque nossos jovens estão se formando e não encontram campo de trabalho, por isso a preocupação maior é com a formação da base, para que cheguem à universidade bem preparadas e que possam sair mais preparados ainda, porque em Roraima pessoas especializadas buscam novas oportunidades em outros Estados. Por isso, Deputada, quando Vossa Excelência agradece a Assembleia Legislativa, nós é que agradecemos a sensibilidade de Vossa Excelência e da sua Comissão de vir aqui ouvir o povo de Roraima, ouvi as nossas necessidades. Eu tenho certeza que o nobre relator irá expor todas as necessidades de Roraima. Muito obrigado.

A Senhora Presidente da Mesa, Deputada Federal (**Teresa Surita**) – Quero convidar o Senador **Romero Jucá** Para fazer o uso da palavra.

O Senhor Senador da República **Romero Jucá** – Quero dar um Bom dia a todos os educadores do nosso Estado de Roraima, aos agentes públicos e sociais que atuam na educação, saudar o Governador **José Anchieta**, o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado **Chico Guerra**, a Deputada **Teresa** que trás a Comissão do PNE a Roraima, Para ouvir as nossas peculiaridades, as nossas diferenças, as nossas contribuições, a nossa história e o nosso aprendizado que pode ser útil não só Para o futuro de Roraima, mas, principalmente, para o futuro do Brasil, o Deputado **Angelo Vanhoni**, nosso Parceiro, um Deputado ligado as causas sociais do nosso País, com uma larga folha de trabalhos na Câmara dos Deputados, os Deputados Federais **Luciano Castro, Edio Lopes e Raul Lima**, o Secretário Executivo, Doutor **Francisco Chagas**, saudar o Doutor **Marcio Rosas**, a Senhora **Lenir Rodrigues**, Secretária de Educação e saudar, em nome de todos os debatedores dessa manhã, o Senhor **Josinaldo Barbosa Bezerra**, Presidente do Sindicato dos Professores e o Senhor **César Ricardo** representando o Movimento Estudantil.

Para nós é muito importante receber a Comissão da Deputada **Teresa**, Deputado **Angelo Vanhoni**, porque Roraima é um Estado em formação, é um Estado que como o resto do Brasil tem a educação como o seu maior desafio. Não é a toa que os Países mais desenvolvidos do mundo são os Estados Unidos, China. Países que são potências hoje discutem a reformulação do seu sistema

educacional, se eles fazem isso, nós que não atingimos a educação plena ainda, temos que fazer muito mais. E, esse Plano Nacional da Educação tem dois grandes desafios, o primeiro é construir tecnicamente uma proposta confiável para o Brasil e tirar o País do atraso, ao fazer com que tenhamos a educação que todos nós desejamos e, como falou aqui a **Teresa**, que a escola seja atrativo, que ela possa dispor dos meios, que os professores tenham as melhores condições de ensinar, que o material chegue a tempo e a hora, que as crianças tenham as condições de estarem bem alimentadas, vestidas, calçadas, que tenham os equipamentos e os livros necessários. Então, tecnicamente nós temos um desafio de montar as metas que precisamos para reformular a educação nos próximos 10 anos.

E, um outro grande desafio, é dotar a educação de recursos do orçamento federal para que essa meta possa acontecer, porque de nada adianta nós termos a proposta e não termos os meios para executá-la, e um dos trabalhos que a comissão já vem levantada, temos acompanhado, Deputados **Ângelo e Teresa**, é o debate, e uma das questões identificada é a necessidade de ampliarmos o investimento na educação em níveis absolutos. Ampliar de 05 para 10% do PIB do Brasil nos investimentos para a educação e, sem dúvida nenhuma, isso não é uma tarefa fácil, não é à toa que nós, ao votarmos a questão da destinação dos recursos do pré-sal, que é uma riqueza hoje de perspectivas incomensuráveis para o Brasil, colocamos que pelos menos 50% dos recursos do pré-sal têm que ir para a educação, para que tenhamos a condição efetiva de dar o salto que Roraima e o Brasil precisam em favor dos nossos jovens.

Então, fica aqui a nossa exortação e satisfação de vermos este debate. Quero dizer a cada um de vocês que vive o dia-a-dia da educação de Roraima, que coloquem a experiência de vocês porque é um detalhe que faz a diferença, é com perspectiva de cada um de fazer, vendo a dificuldade, que se constrói a solução.

Então, Parabéns a todos e vamos estar juntos acompanhando este trabalho. Quando ele chegar ao Senado, estaremos firmes acompanhando também. E, quero parabenizar a participação do povo de Roraima nesse seminário, a Assembleia Legislativa pela determinação de ser um vetor influente e atuante nesse debate e, a Comissão do **Ângelo e da Teresa** por trazerem esse debate tão importante para o nosso Estado. Muito obrigado e um bom debate para todos.

A Senhora Presidente da Mesa, Deputada Federal (**Teresa Surita**) – Passo a palavra ao Governador **José de Anchieta Júnior**.

O Senhor Governador do Estado de Roraima (**José de Anchieta Júnior**) – Bom dia a todos. Gostaria, primeiramente, de saudar a todos os servidores da Educação do Estado de Roraima; saudar o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado **Chico Guerra**; a Deputada Federal **Teresa Surita**, vice-Presidente da Comissão Especial do PNE; saudar o Professor **Francisco das Chagas Fernandes**, Secretário Adjunto do Ministério da Educação; o Senador **Romero Jucá**; o Deputado Federal **Angelo Vanhoni**; o Promotor **Marcio Rosas**; a nossa Secretária **Lenir Rodrigues**, em nome a qual saúdo todos os servidores do Estado de Roraima aqui presentes; a Primeira Dama do Estado, **Shéridan de Anchieta**; a Professora **Alda** representando aqui a Universidade Estadual de Roraima; o professor **Jairo**, meus amigos Deputados Federais aqui presentes, **Luciano Castro, Edio Lopes e Raul Lima**; os Deputados Estaduais **Rodrigo Jucá, Aurelina Medeiros, Marcelo Cabral, Remídio Monai**; a imprensa, os educadores, os servidores, e dizer que, é de grande importância a oportunidade que nós temos de discutir aqui na Casa do povo um importante tema que a educação no nosso País, em especial a educação no nosso Estado de Roraima, as particularidades de um País de dimensão continental, e as adversidades que nós temos.

Deputado **Angelo**, fiz questão de perguntar a Vossa Excelência, que me informou que é a primeira vez que está aqui no nosso Estado e se encantou. Gostaria de voltar nessa questão, que é a melhor maneira de se discutir, conhecendo todas as adversidades, e o norte e nordeste tem muitas delas e aqui, em especial, por exemplo, hoje, já nos preocupamos como vai ficar o transporte das crianças nos próximos 120 dias com relação às chuvas que assolam o nosso Estado enquanto o inverno mal começou. Ontem já tivemos uma reunião Para tratarmos da criação do Comitê de Gestores, com a preocupação de que as crianças tenham acesso às escolas.

Discutir a educação aqui em Roraima tem suas Particularidades, porque nós temos 86 mil crianças nas escolas públicas, das quase 400 escolas, temos 200 escolas indígenas. Começamos o ano vivendo um novo momento de transição. Trouxe a Professora **Lenir** Para a Secretária de Educação pelo respeito que eu tenho ao seu passado e pelo seu conhecimento.

Temos cerca de 7% da nossa população nas Universidades, e o nosso grande foco é investido na Universidade Estadual que faz parte do tripé da educação. Uma vez que temos representantes das Universidades Particulares, não queremos concorrer com as universidades Particulares.

O nosso foco na Universidade Estadual vai ser a capacitação nos cursos de pós-graduação. Nós vamos começar pelos professores do nosso Estado com cursos de pedagogia.

O Deputado **Angelo Vanhoni** citou a questão dos recursos. Ao longo dos últimos 15 anos houve uma quebra do Pacto Federativo, o Governo Federal detém cerca de 75% dos recursos, embora, constitucionalmente, nós investimos 25% do orçamento do Estado na educação. Hoje ainda são poucos, os recursos são finitos, enquanto as demandas são infinitas. E, quando o Senhor vem aqui Para discutir essa questão... Acho que essa proposta será uma missão muito difícil do Congresso, pois não é fácil dobrar de 5% para 10% do PIB do nosso País para se investir na educação. Vocês terão uma grande missão, mas tenho certeza que, da bancada do Estado de Roraima vocês terão todo o apoio para que isso se torne realidade.

Quero me congratular com a Assembleia Legislativa e com os servidores. Quero dizer da grande satisfação de estar recebendo esta discussão e dirigir-me aos funcionários da educação aqui presentes. Todos sabem que 2011 é um ano de ajuste. Todos acompanham o noticiário e estão vendo a dificuldade que o Governo Federal está tendo para conter a inflação. Nós estamos assistindo no Brasil a movimentação de servidores, demissões. Quero informar aos servidores da educação que no dia de ontem, eu encaminhei a esta Casa uma proposta de ajustamento em função da data-base correspondente ao índice de inflação para todos os servidores do Estado, para que possamos contemplar, assumir e preencher o compromisso assumido à data-base.

Quero chamar a atenção, visto que, esta discussão vai continuar pelo resto do dia e, com certeza, deste debate sairão idéias, pois, mesmo com a vista ruim, um pouco embaçada, eu vi uma proposta de 15% do PIB. Eu acredito que cada um tem sua proposta. Agora, há uma dificuldade de investir na educação, realmente quando se investe em educação, se prevê como o nosso Promotor disse aqui, é conter todos os problemas sociais, da mesma forma que se investir em saneamento é fazer medicina preventiva.

Mas, eu quero me dirigir aos órgãos de controle e ao Ministério Público, devido a todas essas denúncias. Isso faz parte de um contexto maior. Eu não tenho dúvida que é muito fácil, e Vossa

Excelência está à frente dessa Promotoria há dez anos e sabe que temos problemas e não queremos jamais desconhecer e deixar de entender os problemas que nós temos na educação, bem como têm todos os outros Estados, pois, nós estamos atentos para que possamos minimizar e compor, de forma satisfatória, para atingirmos os nossos objetivos. Entendemos que investir no capital intelectual das crianças e investir na educação é importante. Eu que estudei em escola pública a vida toda, fiz a minha graduação em escola pública, fiquei com aquela imagem da minha mãe, com aqueles dois filhos nos ônibus lotados para nos deixar na escola, ficou marcada como uma coisa significativa na minha vida. Eu sei o que significa e, tenho certeza da importância desse debate, Deputada. Quero lhe Parabenizar pela iniciativa de trazer para Roraima esta discussão de suma importância para a sociedade. Muito obrigado!

A Senhora Presidente Deputada **Teresa Surita** – Queremos agradecer, a presença de todos os Senhores e nesse momento vamos desfazer a Mesa de abertura. Reabriremos os nossos trabalhos em três minutos.

Reaberto os Trabalhos

A Senhora Presidente da Mesa, Deputada (**Teresa Surita**) – Convido para palestra o Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Educação, Professor **Francisco das Chagas Fernandes**, Coordenador do Fórum de Educação, licenciado em letras pela Universidade do Rio Grande do Norte, representando o Ministro da Educação **Fernando Hadad**.

O Senhor Professor **Francisco das Chagas Fernandes** – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o nosso Relator do PNE, **Angelo Vanhoni**, a vice Presidente **Teresa Surita**, e que me congratular com cada um dos profissionais da educação e representantes da sociedade, como um todo.

Eu não vou fazer uma apresentação do PNE. Primeiros, muitos de vocês já têm conhecimentos, e segundo, porque está na pasta que foi distribuída a proposta do plano para todos vocês.

Vou situar para vocês em que contexto nós vamos fazer a discussão do plano. Não vou falar da economia e da política. Esta é a quarta audiência pública que a Comissão realiza, e pelo que vemos, haverá audiência pública em todos os Estados e, há Estados em que eu acho que irá ocorrer mais de uma.

Há uma diferença muito grande em relação ao contexto que foi criado no plano anterior que acabou no dia trinta e um de dezembro.

O primeiro ponto que eu coloco é a questão sistêmica da educação. Nós, no último período, estamos discutindo educação com uma política, uma ação sistêmica que se encontra em contraposição a política de foco, ou seja, não precisamos decidir se a prioridade é da educação básica ou superior, ou se nas etapas, a prioridade é o ensino fundamental, infantil ou médio. A prioridade para nós, no desenvolvimento da educação, é da creche até a pós-graduação. Esse é o primeiro ponto do contexto que o novo PNE está situado. Ou seja, precisamos desenvolver a educação brasileira da creche a pós-graduação. É claro que temos problemas em alguns níveis. Se nós tivéssemos mais tempo aqui, talvez as pessoas que vão fazer referência a alguns problemas mais acentuados que temos na educação brasileira, como por exemplo, na educação infantil, na creche, no financiamento, na valorização dos profissionais da educação, pudessem explicá-los melhor. Precisamos atacar com metas e estratégias que estão colocadas no plano, mas, sem focar nível, etapa ou modalidade.

O Segundo ponto do contexto que colocamos é aquilo que a Constituição prevê, mas que não está regulamentada, que é o sistema nacional articulado, ou seja, o sistema nacional com regime de cooperação e colaboração. A Constituição Brasileira traz isso nos artigos 23 e 211.

A Educação brasileira deve ser feita em regime de cooperação e colaboração. Mesmo a Constituição não tendo regulamentado esses dois referidos artigos, nós temos trabalhado durante esses últimos anos, procurando fazer o regime de cooperação e colaboração entre a União, Estados e Municípios. Quem está mais próximo da educação sabe de um programa dentro do Programa de Desenvolvimento da Educação chamado PAR, (Plano de Ação Articulada), ou seja, União, Estado e Município desenvolvendo a educação, conjuntamente através do PAR.

Temos, também, o FUNDEB, (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica), que queira ou não é uma política que faz regime de cooperação entre a União, Estado e Município. No caso de Roraima, somente o Estado e os Municípios.

O terceiro ponto que eu quero colocar é sobre a qualidade social da educação, ou seja, é a educação para todos, e não apenas para alguns. Qualidade social significa que a criança tem que ser matriculada permanecer na escola e aprender, não basta apenas

matricular, não basta permanecer na escola, é necessário matricular e estar na escola aprendendo.

Por isso que nós temos a meta de alfabetizar as crianças até os oito anos de idade, para evitar que elas não sendo alfabetizadas, possam se evadir da escola e, muitas vezes, não aprendendo na sequência porque não foram alfabetizadas no tempo correto. Eu sempre cito, quando falo nesse ponto, o ensino fundamental de nove anos. Quando nós propusemos o ensino de nove anos, com a entrada das crianças aos seis anos, houve uma discussão no País, porque havia um setor que achava que o ensino fundamental não precisava ser de nove anos. Ora, mas há um setor no Brasil em que as crianças com 5 anos já tinham sido alfabetizadas. Quem, só aos 7 começaria? O setor mais pobre da sociedade! Esse é um exemplo que nós colocamos sobre a qualidade social da educação, é um dos pontos importantes do contexto que nós estamos desenvolvendo sobre a educação, para que o novo Plano Nacional da Educação seja aprovado.

O penúltimo ponto que eu coloco é o da mobilização social. Quero dizer que o Plano Nacional da Educação já está no terceiro momento de debate. No Primeiro momento foi a CONAI, as Conferências Municipais de Educação, as Conferências Estaduais e a Nacional. Foi da CONAI que nós resgatamos várias das propostas que estão colocadas no PNE.

O segundo momento foi o que o Governo discutiu dentro do Governo Federal, uma proposta para apresentar ao Congresso Nacional. E o terceiro momento que nós estamos vivendo da discussão nacional da educação é este da discussão que o Parlamento está fazendo interna e externamente. Interno, quando discute com os Parlamentares; externo quando sai para conversar com a população, com as representações sociais, através das audiências públicas. Isso é mobilização social, esse é o caráter de mobilização que nós temos dado. O Governo tem colocado isso com muita clareza, não há conferência de educação só na educação, há conferência na saúde indígena etc., porque é importante ouvir e pedir sugestões da sociedade brasileira em relação às políticas públicas.

Quem é mais antigo sabe a diferença do plano antigo e do atual, como foi feita a mobilização do plano passado e qual é o contexto para fazer este plano em relação à mobilização.

O último ponto que eu coloco é sobre as mudanças da legislação. Nós estamos discutindo este plano em outro momento da legislação brasileira. Vou dar aqui três exemplos da Constituição Federal que mudou de forma favorável para nós. Por exemplo, o plano

não estava na Constituição, e passou a ser constitucional pela emenda 59, aquela que acabou com a DRU, desvinculação de receita da união, que retirava 20% dos 18% que a união é obrigada a usar na educação: nove bilhões de reais. Essa emenda trouxe de volta os nove bilhões de reais para a educação, e colocou na emenda três pontos importantes. Primeiro, o PNE, segundo, o PNE como planejamento do Estado, ou seja, dando sustentação ao Estado, ao Sistema Nacional de Educação, e terceiro, a universalização da educação básica dos 04 aos 17 anos. Isso é uma mudança significativa na Constituição que ajuda muito a fazer o PNE e, como consequência, os Estaduais e Municipais. Por conta do que está sendo colocado no artigo, o PNE deve dar sustentação ao sistema nacional da educação, ou seja, é o planejamento do Estado brasileiro. Portanto, eu coloco esses cinco pontos aqui para vocês. E coloquei aqui o tema da conferência, por quê? Na realidade a sociedade brasileira PARutou o que é essencial para a sociedade, visando desenvolver metas e estratégias, que é construir o Sistema Nacional da Educação Articulado, que significa um regime de cooperação, colaboração entre a União, Estados e Municípios. Isso é central na discussão do Plano Nacional da Educação, sem sombra de dúvidas, porque eu que fui Gestor na Secretaria de educação básica no Ministério da Educação, no Governo do Presidente **Lula**, sei o quanto foi difícil construir o FUNDEB. Coordenamos o piso salarial dos profissionais, e onde está o principal problema na hora de nós discutirmos políticas nacionais para a educação? Está no regime de cooperação e colaboração entre a União, Estados e Municípios.

Quanto aos eixos temáticos da Conferência, as metas que nós desenvolvemos e o que está na lei foram discutidos na conferência nacional de educação. É como se nós precisássemos pegar aquele documento final da conferência nacional que traça políticas públicas para a união, Estados e Municípios, e verificarmos se dentro daquele documento o que é que está no Plano Nacional da Educação. Claro que não está tudo, a Conferência não discutiu o plano, discutiu diretrizes e estratégias para o PNE, e em alguns casos, metas. Então, é importantíssimo entender o plano na hora de ler porque por trás têm propostas feitas pela sociedade brasileira para a educação.

A estrutura do plano é significativa para entendermos a proposta. Quem estava acostumando com o plano anterior fala: “gente, mudaram de duzentos e noventa e cinco metas para vinte!” Então, há que entender porque não é mais um número de tantas metas. Eu tive a felicidade de avaliar dentro do Ministério da Educação, o Plano anterior. Aliás, se vocês quiserem ler a avaliação do plano

anterior podem entrar no site do MEC, há três volumes de avaliação do plano passado até 2008, porque ainda não podemos avaliar 2009 e 2010, devido aos dados ainda não estarem consolidados. E, quando nós estávamos avaliando a proposta passada, nós chegamos a conclusão de que das 295, muitas não eram metas. Meta é aquilo que pode ser medido, conferido. Das metas que estão lá, muitas não têm como ser medidas. Você não sabe se cresceu ou se diminuiu. Por isso, que nós resolvemos fazer metas que sejam fortes que abranjam a educação brasileira.

Aquele plano que passou não tinha estratégia para as metas. Por exemplo, colocar 50% das crianças em creches, essa é a meta do plano anterior. Qual é a estratégia para colocar 50% das crianças em creches? Nós não tínhamos, neste plano de agora, há a meta e as estratégias brasileiras para se cumprir a meta e o plano como um todo também tem estratégia, pois, do que adianta fazer o planejamento para o Estado brasileiro e não ter estratégia para sua implantação. O que acontece? Dos vinte e sete Estados da Federação, nós temos apenas sete Estados que têm Plano Estadual de Educação em relação ao plano passado.

Este plano de agora tem um tempo para que os Estados e Municípios façam os seus planos Estaduais e Municipais. Então, há uma diferença substancial na forma do plano atual em relação ao plano anterior. Quero dizer que, em tese, o plano traz quatro grandes desafios para a educação. O primeiro deles é que o plano tem que ser um plano de Estado e não um plano de Governo. Olha, eu sou Governo, mas defendo que o plano seja um plano do Estado brasileiro. Independente do Governo que esteja, seja Estadual, municipal ou Federal, ele é obrigado a cumprir as metas e estratégias que são colocadas.

Qual é a diferença de um plano de Estado para um plano de governo? O plano de Estado é para ser feito, independente do Governo. Os Governos fazem as ações. Por exemplo, se colocarmos 50% das crianças em creches, essa é a meta, qual é a estratégia? Construir escolas para creches, com a união ajudando o município. Qual é a ação? A ação quem diz é o Governo. Ele pode mudar as ações. Essa é a diferença que nós temos que ter clareza. Muitas vezes discutimos a educação brasileira e daqui a pouco esquecemos que vivemos em um País federativo, que há três entes federados: União, Estado e município, e que cada um tem suas autonomias. Então, é um desafio construir um plano que seja de Estado, que tenha uma estratégia para a União. Estado e município desenvolvem sua educação.

O segundo ponto que eu coloco como desafio é o financiamento para a educação. Mesmo com todo o avanço que conseguimos, foi chegar a 5% do PIB. Pela primeira vez o Brasil está aplicando 5% do PIB na educação. Nós temos um desafio muito grande porque esses 5% que estamos usando do PIB para a educação, é para a educação que nós temos hoje, mas nós estamos discutindo outra educação. Portanto, não pode ser com 5%, tem que ser com mais. A Conferência Nacional da Educação aprovou 7% de imediato para a educação e 10% do PIB também para a educação. E para mim, a discussão mais importante é a dos 10% do PIB e quais as fontes que terão para chegar a 10% do PIB.

Temos que discutir, inicialmente, quais são as fontes para se chegar há 10% do PIB. Isso é muito importante. Sabem por que eu coloquei 50% do PIB? No Projeto de Lei aprovado no Congresso Nacional o fundo social do pré-sal é para quatro áreas: cultura, meio ambiente, combate à miséria e educação. A Conferência aprovou 50% para a educação, e outras 50% para as outras áreas. Vejam como o debate vai ser forte, porque para uma só área foi proposto ficar com 50%. Então, você tem que discutir com as demais beneficiárias que é importante ficar 50% para a educação.

O terceiro desafio que eu coloco é a valorização dos profissionais da educação, que é um desafio forte, por conta da concepção que ainda não consolidamos sobre a valorização dos nossos profissionais. O exemplo maior é que nós propusemos um piso salarial, que foi discutido durante três anos pelo Brasil. O Congresso Nacional aprovou o piso por unanimidade e nós tivemos problemas no STF. Ora! Nós temos então um problema de concepção sobre a valorização dos profissionais da educação. A valorização dos profissionais não pode ser entendida apenas como salário, é salário, carreira e formação mais condições de trabalho. Muitas vezes você tem o salário, a formação a carreira, mas, é necessário que você tenha condições de trabalho. É como se você tivesse o tripé da valorização dos funcionários da educação. Falo dos profissionais de educação e não dos profissionais do magistério. Nós tivemos mudanças na legislação, os profissionais da educação não são apenas professores, são os professores e os que atuam na escola, como diz a LDB. Temos que avançar na profissionalização dos profissionais que não são do magistério.

O quarto desafio é a gestão democrática, que é, também, um problema de concepção, mas nós precisamos avançar. A Conferência Nacional de Educação aprovou desde a criação do fórum. E eu conclamo aos companheiros Para começarem a trabalhar junto

com a Secretaria de Educação a construção do fórum Estadual da educação. Construimos o fórum a nível nacional, levando em consideração a comissão organizadora da Conferência Nacional de Educação. Aqui, vocês podem começar a construir o Fórum Nacional da Educação, tendo como base à comissão organizadora da Conferência Estadual de Educação, porque é importante termos um fórum na gestão democrática, para termos condições de acompanhar e dá mais transparência ao desenvolvimento da educação no País, no Estado e nos municípios. O fórum não é para se contrapor ao Conselho Nacional, Estadual ou Municipal, ele é normativo, é de acompanhamento das políticas públicas de educação, cultura e, conseqüentemente, do Plano Nacional de Educação. Portanto, eu coloco para vocês os marcos do novo Plano Nacional de Educação e coloco, também, os desafios.

O Governo da Presidente **Dilma** encaminhou o projeto ao Congresso, e ela não disse, mas o Presidente **Lula**, quando encaminhou o FUNDEB ao Congresso, disse aos Deputados: Esse é o Projeto do FUNDEB que o Governo encaminhou a vocês. Se quiserem mudar, que mudem para melhor. Eu acho que esse trabalho Plano Nacional de Educação está desenvolvendo, indo aos Estados, ouvindo a população no sentido de fazer com que esse projeto que entregamos ao Congresso possa melhorar, ser mudado, emendado nas suas metas e estratégias e possa, conseqüentemente, ser um plano muito melhor do que o que nós apresentamos. Levando em consideração a discussão da Conferência Nacional de Educação, a avaliação do plano passado, as metas que sejam exeqüíveis, que tenhamos condições de, nos próximos 10 anos, desenvolvê-las. Nós temos metas muito ousadas, na hora em que vocês abrem o projeto vocês têm que colocar 33% dos jovens em idade de educação superior na universidade. É uma meta forte, alfabetizar todas as crianças até 8 anos de idade, porque isso significa fechar a torneira para não termos mais analfabetos funcionais no País. Há outra meta que diz que temos que universalizar a educação básica até 2016. As metas estão interligadas, ou seja, uma vai depender da outra. A meta da educação superior está ligada à educação básica, e vice-versa, como também à educação profissional. Duplicar o número de pessoas na educação profissional é uma forte meta, são metas que nós temos condições de desenvolvê-las. O papel do Ministério da Educação é fazer uma apresentação do plano para que vocês tenham uma idéia do que nós temos pela frente dentro do Congresso Nacional.

A nossa proposta, junto com o fórum de educação, ou seja, com quase todas as entidades nacionais do País, é de que o

Plano Nacional de Educação seja aprovado na Câmara e no Senado neste ano, para que no próximo ano nós possamos discutir os planos Estaduais e Municipais. Nossa opinião, se não aprovarmos este ano vamos perder no mínimo dois anos, dos dez que temos. Isso não significa que o Congresso Nacional, através da comissão especial na Câmara, não tenha o seu tempo, mas, a nossa discussão é de que o Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos seja aprovado este ano no Congresso Nacional. Muito obrigado!

A Senhora Secretária de Estado da Educação Cultura e Desporto (**Lenir Rodrigues**) – Bom dia a todos e a todas. Quero Parabenizar a Deputada **Teresa Surita** por ter conseguido este seminário para Boa Vista.

Sabemos que o Projeto é terminativo, e o que Vossa Excelência vai escrever é muito importante para todo o País. Quero, também, dá as boas vindas ao **Francisco das Chagas**. Da mesma forma, quero saudar os Deputados Estaduais e Federais e as autoridades presentes. E, de forma especial, a professora **Ernandian**, Presidente da ONDINE, a professora **Stella Damas**, os Prefeitos.

É muito importante nós mostrarmos a nossa realidade. A Conferência Nacional teve a sua representatividade, mas é diferente quando o Relator vem até a nossa realidade, porque o Brasil não conhece Roraima, não conhece as nossas dificuldades. Por esse motivo, preparei uma apresentação com a nossa realidade para que o Plano Nacional de Educação a contenha como emenda aditiva no seu relatório.

Uma das críticas que sempre colocamos é a questão do diagnóstico não só da realidade, porque o Brasil tem grande diversidade, mas, também, de comparar o plano anterior com o atual. Então, é necessário que o plano tenha essa visão. A nossa população é de quatrocentos e setenta e nove mil habitantes, a nossa área territorial é grande, quase do tamanho do Estado de São Paulo, mas com uma densidade demográfica pequena, e temos 15 municípios, com uma diversidade enorme e com grandes dificuldades de acesso.

A nossa taxa de analfabetismo é de 1,0% comparada com toda a região norte e com o Brasil. Nós não estamos mal, porém, não temos a visão hipócrita de nos nivelar por baixo. Sabemos que temos que enfrentar o analfabetismo no nosso Estado.

Temos 703 escolas em todo o Estado, sendo 346 da rede municipal, 366 da rede estadual, 4 da rede federal, 17 da rede privada.

Na rede estadual, na zona urbana, temos o índice de 24%, na zona rural 15%, e indígena 61%. Isso com grande dificuldade porque nós temos 292 escolas da rede estadual que só se chega por via terrestre, 61 por via aérea, e não é qualquer avião que vai, muitas vezes temos que ir de helicóptero, e ainda ocorre de irmos com essa aeronave e não termos onde pousar. Temos escolas que nem de helicóptero, só por via fluvial para chegarmos até lá.

Há alguns dias, umas crianças escreveram uma carta para o Corpo de Bombeiro dizendo que eles estavam ilhados e que precisavam de um barco. Imediatamente nós conseguimos um barco e falamos com a escola. Entramos em contato com o tuxaua para conseguir um barqueiro para que fosse treinado pelo corpo de bombeiros, para fazer a travessia no rio, pois nessa época do ano, nós observamos muitas dificuldades devido ao volume de chuvas.

Nós temos crianças de 10 a 14 anos com mais de dois anos de atraso escolar. Roraima está com 7,5%, desse índice. A região norte com 19,7% e o Brasil com 13%. Nós não queremos maquiar a realidade, o nosso índice em relação à região norte e ao Brasil não está ruim, mas sabemos que temos que avançar.

Quanto à defasagem escolar, a média em anos de estudo é de 10 a 14 anos, é de 0,9, enquanto que na região norte é de 1,4% e no Brasil é de 1,1%. Isso significa que nós precisamos melhorar.

A média de alunos por turma, nos anos iniciais é de 18,8, no EJA, 15,52, nos anos finais 23,71, no Ensino Médio 23,59, e no ensino Médio da EJA, 27,54. Mesmo que tardio, os jovens estão procurando a escola.

Nas salas de aulas: 1245 na rede Estadual, na zona rural 238 e 543 são na área indígena. Pois, a responsabilidade da educação indígena é do Estado.

As taxas de movimentos e rendimento final, nos anos iniciais, são de 90%, reprovação: 8%, abandono: 2%, transferidos 1006, falecidos: 4.

Nos anos finais, 83% de aprovação, 12% de reprovação que ainda é uma taxa muito alta, abandono: 5%, transferidos: 2064, concluintes 5900 e falecidos: 8.

E, no ensino médio, 81% de aprovação, 11% de reprovação, que é uma taxa alta, 8% de transferidos, concludentes: 2438 e falecidos: 6.

Taxa movimento e rendimento final, EJA, a aprovação é de 78%, de quinta a oitava série: 59%, ensino médio: 66%. A taxa de reprovação é de 6%. Vejo que o abandono é maior: 16%.

Então, a nossa preocupação é, também, a reprovação, mas é mais o abandono. Com relação às taxas de rendimento e movimento final, nós observamos, também, que a reprovação é de 6%, de 1ª a 4ª série, e é uma preocupação do Estado poder zerar essa reprovação. De 5ª a 8ª série: 10%, e no Ensino Médio: 10%. As taxas de conclusão nos cursos superiores o atendimento: de 4 a 6 anos, que é responsabilidade do município, é de 85,6%; de 7 a 14 anos, que é de responsabilidade do Estado, é 99,2%. Se compararmos com o abandono e a reprovação, temos a consciência que precisamos melhorar. De 15 a 17 anos também é de responsabilidade do Estado: 84,12% e de 4 a 17 anos: 93,7%. Comparando com a região norte com o Brasil, não estamos com tanta deficiência, em alguns casos estamos até positivo. Sobre o desempenho do IDEB. Vejam bem, esses nossos dados são de 2010, Roraima, nas séries iniciais do Ensino Fundamental tem 4,3%, nos anos finais, 3,7%, no ensino médio, 3,4%. Comparando com a região norte e com o Brasil, não estamos abaixo da média, mas a nossa meta é melhorar os índices, pois, não queremos nos comparar por baixo. Na Prova Brasil 2009, o desempenho médio de Roraima foi de 172,4 acima da região norte e abaixo do índice do Brasil, em português e em matemática 187,5, também abaixo da média brasileira e abaixo da região norte. É o nosso desafio a proficiência em português e em matemática. Roraima, na 8ª série e 9º ano em português tem 232,5, quer dizer, abaixo da média da Região Norte e do Brasil e 233,3 da 8ª a 9º ano em matemática. Isso significa uma luz vermelha. Precisamos investir mais em português e em matemática. Está se refletindo aqui, lá na 8ª série. No 9º ano, significa que a base também tem que se preocupar e nós temos um questionamento sobre a questão da formação dos professores, que é uma discussão corrente nos cursos de pedagogia, no qual há muitas discussões filosóficas, sociológicas e a questão da preparação do professor para o ensino e a aprendizagem. O nosso questionamento é de que ocorre essa deficiência nos dados. O desempenho médio de Roraima na 3ª série do ensino médio é de 260,8. A diferença é pouca para a região norte e abaixo do Brasil e, nesta série em matemática o índice é de 263,9 acima da região norte, mas abaixo da média do Brasil. Nós temos as nossas metas de proficiência que queremos atingir tanto na Prova Brasil como na Provinha Brasil. O perfil docente que temos é de 1% com Ensino Fundamental incompleto na rede estadual, 3% com Ensino Fundamental completo e 33% com Ensino Médio normal e magistério. No ensino normal, magistério, e indígena 5% na rede estadual e no

Ensino Médio 8%, superior completo com licenciatura: 50%. Sobre as informações complementares, nós temos 76% das matrículas da rede estadual de ensino nas zonas urbanas dos municípios e 9% na zona rural do Estado, 15% das matrículas da rede estadual estão nas áreas indígenas, 25% estão localizadas na área urbana dos municípios, 13% na zona rural e 62% em terras indígenas. 60% das escolas funcionam em prédios escolas, mas 40% ainda estão sem prédios escolares. Aí perguntamos: como funciona sem prédio? Iremos mostrar um vídeo para conhecerem a nossa realidade, porque nós sabemos que o Projeto de Lei e as metas podem virar umas Emendas Complementar. Uma emenda Parlamentar que pode se transformar em recursos. Queremos mostrar bem a nossa realidade para que vocês possam, na comissão, ter um olhar carinhoso com o nosso Estado. 48% dos alunos consomem água filtrada, mas 52% não; 40% das escolas da rede estadual possuem energia elétrica, 60% não possuem. Não adianta o MEC mandar computador para as escolas, pois, eles ficam nas caixas, e os índios não os devolvem sendo que não tem energia elétrica Para instalá-los. Existe uma desvinculação. Inclusive, há na meta 2, a estratégia e 2.5, que fala sobre manter o programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para as escolas do campo, bem como, de material didático, formação de professores, especial atenção para as escolas multisseriadas. Muitas vezes, mandam livros para escolas, onde às vezes, os alunos não falam nem português. Temos que melhorar essa estratégia para que seja feito um plano articulado para viabilizar a comunicação, quando vai operacionalizar essa meta, porque do jeito que está fica difícil. 24% das escolas possuem acesso à internet, 76% não possuem. Isso que eu falei também é algo que se discute bastante porque há uma sobreposição de ações em cima dos sistemas educacionais. O sistema educacional perde, muitas vezes, o controle do que está acontecendo nas escolas. Às vezes, na Secretária Municipal de Boa Vista ainda não chegou a correspondência dizendo que o livro já chegou à escola. Essa autonomia dos sistemas educacionais está sendo ferida e, isso se vê nas estratégias dos planos. Nós temos 10 propostas exequíveis, as quais vou resumir. O município tem a responsabilidade sobre a Educação Infantil. Nós temos leis para fazer todo o processo de municipalização das escolas, mas, para o processo de expansão quantitativo, qualitativo da educação infantil, devemos, inicialmente, identificar os principais problemas dos municípios, porque senão, eles irão ficar sem ter como atingir os objetivos e as metas. Um dos problemas do plano passado foi que não houve a preocupação dos municípios e dos Estados, visto que, a maioria não fez seus planos.

Esta é uma crítica a esse novo plano. Temos que nos preocupar com esse diagnóstico. Outro problema é a insuficiência de recursos dos municípios, que estão falidos. Então, como vamos ofertar aos municípios a educação Infantil se não há recursos? A dificuldade é implementar a gestão das instituições infantis, especialmente das creches pela necessidade de articular as ações de educar cuidar, elaborar, também, uma proposta educacional que atenda a demanda da faixa etária. Nós temos que definir o quadro de pessoal para as instituições de Educação Infantil e investir na qualificação dos recursos humanos. Não adianta colocar estratégias e não qualificar o profissional de educação. No nosso País temos várias pessoas querendo emprego, no entanto, o poder público tem que qualificar para poder atender a demanda. Nós temos que estabelecer padrões do ensino Fundamental, de forma a garantir a efetividade dos processos de ensino aprendizagem nos seguintes aspectos: infraestrutura física, mobiliária, equipamentos, recursos didáticos, aproveitar o plano de articulação federal, e antes de enviar a central de ar para a escola, verificar se há energia elétrica. Às vezes, as pessoas chegam aqui na nossa cidade de madrugada, participam de um evento e, em seguida, vão embora sem conhecer a nossa realidade. Nós queremos que as pessoas conheçam a nossa realidade para que não mandem ar condicionado para aonde não há energia elétrica, o livro para o menino que não fala português. O PAR tem que ser fiscalizado para dar infraestrutura. Eu gostaria Deputado **Luciano**, de dizer, com todo carinho, que nós estamos com muita esperança nesse seu relatório. A meta 5.5: é apoiar a alfabetização de crianças indígenas e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considere o uso da língua materna pelas comunidades indígenas quando for o caso. O índio só sabe falar inglês e angaricó e querem apoiar isso? Não. A redação tem que ser: promover a alfabetização de crianças indígenas na língua materna e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considere o uso da língua portuguesa como instrumento de defesa dos povos. Nós, no Estado, temos várias comunidades que já sabem ler e escrever na sua língua, mas não falam português, por isso que tem que ser revista essa estratégia, para que, quando os técnicos forem consolidar o que foi dito nas conferências, quando os nossos representantes forem para as conferências nacionais, eles visualizem e entendam o que é Roraima, o que é a diversidade, pois para eles, é muito distante essa realidade. Quando perguntam pelo nosso FUNDEB, é porque dizem que é a maior do Brasil. Sim, mas uma hora de vôo para deixar merenda, material escolar, custa 7 mil reais. Por que não colocam numa estratégia de atendimento essas especificidades? Nós também temos coisas boas.

Vamos mostrar um vídeo sobre o que o Plano deveria dar aos sistemas estaduais, educacionais. Nós somos o primeiro Estado do Brasil a entregar o censo. Para se construir uma escola em área indígena é um protocolo porque é terra da União, fazer estradas então, é muito difícil. Nós queremos defender um sistema educacional que tenha avaliação de aprendizagem. Gostaria que fôssemos contemplados no sistema educacional de avaliação e aprendizagem.

(Apresentação de vídeo).

Nós somos a única capital do Brasil que está no hemisfério norte. Estamos no primeiro mundo, acima da Linha do Equador, mas queremos ser o único, perseguindo a questão da qualidade, cuidando de cada aluno, cada professor, fazendo com que esse plano esteja atendendo também as nossas necessidades, a nossa realidade. Nós estamos mostrando escolas em vários municípios, da rede municipal, estadual, porque somos solidários aos secretários de educação municipal. A educação não tem cor partidária. O Estado tem que colaborar sempre com os sistemas Municipais de educação.

(Continua a apresentação de vídeo).

O professor estuda 13,9 anos a mais do que as demais carreiras. A meta teria que quantificar, aumentar tantos por cento da remuneração ou do vencimento dos profissionais de educação. O plano anterior remeteu para os planos de carreira, mas esse plano silenciou por conta da lei do piso. Nós ficamos preocupados com a questão da qualidade desses professores que vão lecionar em lugares distantes. Quando um Parlamentar destina emenda para a construção de uma escola em uma região distante, questionam como uma escola com duas salas de aula é mais cara do que uma com mais salas. Dizem até que o Deputado está com treta. Na verdade, as pessoas não sabem das dificuldades para o material chegar à região. Por isso, defendemos o sistema municipal em primeiro lugar, porque é a base, é lá que tudo começa. Eu não vislumbro no plano a valorização desses profissionais.

(Continua a apresentação de vídeo).

Nós temos contribuições efetivas para mostrar à sociedade brasileira que é possível fazer uma educação de qualidade mesmo com essas dificuldades, porque nós também temos escolas na cidade com esse nível, com salas multifuncionais. Nossas escolas também já têm tecnologia. Nós temos tanto na capital como no interior, escolas com um computador por aluno.

(Continua a apresentação de vídeo).

Nós vamos entregar as propostas de Ensino Fundamental, Ensino Médio e ensino superior. Na Educação Superior nós queremos eliminar em 5 anos o déficit dos professores leigos do sistema. Estamos elaborando um trabalho específico e diferenciado para a acolhida de novos professores indígenas Para que sejam escolhidos pela própria comunidade, e que a seleção seja feita entre as pessoas da comunidade, respeitando a diversidade e a cultura. Há toda uma discussão sobre o nosso sistema, principalmente por conta da territorialidade, das escolas indígenas, mas estamos com processo de discussão para valorizar essas diversidades culturais do nosso Estado.

Nós vamos entregar as propostas para que Vossa Excelência possa avaliar, para que nós possamos ter esse respeito com a nossa diversidade. Às vezes, os técnicos colocam os problemas brasileiros num saco só. Eu tenho muito medo dessa postura. Creio que é uma oportunidade de valorizar o diferente no plano, é uma oportunidade para termos um olhar mais atento a essas adversidades que não existem somente aqui. Sejam bem vindos a nossa terra. Eu sou muito grata.

A Senhora Deputada Federal **Tereza Surita** – Eu gostaria de Parabenizar a Secretária **Lenir** pela brilhante apresentação. Iremos ouvir agora a representação de todos que estão presentes, mas antes, eu gostaria de passar a palavra ao Deputado **Luciano Castro**.

O Senhor Deputado Federal **Luciano Castro** – Bom dia a todos, aos nossos educadores, a **Tereza, ao Ângelo, a Lenir**, aos Deputados Estaduais, representantes das entidades. Falar de educação no Brasil, hoje, nos causa preocupação. É por isso que eu vim a essa Tribuna. Se perguntarmos se a educação no Brasil vai bem, vamos dizer que não. Falo em âmbito federal, estadual e municipal. A realidade brasileira é outra. Recentemente a Rede Globo fez uma série de reportagens sobre a educação no Brasil e nós ficamos assustados. Acho que todo brasileiro ficou assustado. Essa realidade envolve todos os níveis de Governo, e não é só em Roraima, porque a educação nunca está boa. Os grandes Países do mundo que saíram de pós-guerra, Coréia, Japão, investiram maciçamente na educação. Quando eu vi aquela placa dizendo 15% do PIB, seria excelente, mas é preciso que seja 10 ou 5% do PIB que chegue à ponta, que as coisas aconteçam e, na realidade, as coisas não são assim. O que estamos vendo são desvios, o dinheiro não chega e nós não temos uma formação de qualidade. Isso nos traz preocupação, inclusive no ensino superior também. Não podemos jogar no mercado profissional sem a

devida qualificação. Estamos vivendo no País um momento extremamente difícil. Hoje nós vemos denúncias sobre o ENEM, um programa excelente, criado pelo Governo, mas que volta e meia, nós voltamos a encarar os mesmos problemas, no PROUNI as mesmas denúncias. Há alguma coisa errada. Para nós, Parlamentares é muito fácil escrever e aprovar, o difícil é mudar a realidade do Brasil. Esse é o grande desafio desse novo Plano de Educação. Não basta apenas termos metas, temos que ter metas exeqüíveis, metas que aconteçam, que valorizem os nossos profissionais de educação. Você coloca um professor, ele recebe uma turma muito seriada, e tem que dar aula Para vários tipos de alunos em condições absolutamente inóspitas. Enquanto se falam em rede de computação, estamos falando de energia elétrica, de um prédio decente, uma carteira decente para o aluno sentar. Nossa realidade é uma realidade brasileira. Um dia desses vi uma reportagem interessante. No Rio de Janeiro uma escola da periferia, com difíceis condições, tinha as melhores notas de avaliação do MEC. Por quê? Porque a gestora conseguiu se aproximar da comunidade, conviver com a família do aluno, integrou a família à escola e recebeu as condições para isso. Não adianta exigir do gestor aquilo que a gente não dá a ele. A gente não dá a ele condições para que tenha uma escola de qualidade para oferecer e exigir do aluno e da família a prestação de serviço e a integração para promover o resultado. Eu fico feliz por poder estarmos aqui discutindo a nossa realidade. A realidade de Roraima não é a realidade do Rio Grande do Sul. Esse é um Brasil de muitas realidades, e é preciso que todos nós tenhamos a consciência e a responsabilidade de tudo isso. Aonde vamos? Como vamos direcionar os recursos e atingir as metas que queremos? Melhorando a qualidade do ensino efetivamente e não permitindo que haja desvios que hoje ocorrem, como por exemplo, quando vemos a merenda escolar não chegar à mesa do aluno ou chegar de forma intolerável. Não podemos aceitar mais isso. É preciso que o Governo tenha instrumentos. Os municípios precisam de condição para agir e efetuar uma educação de qualidade e, talvez, seja com esse plano que possamos dar aos municípios condições, recursos adicionais, para que as coisas possam acontecer. Muito obrigado.

A Senhora Mestre de Cerimônia, (**Sloany Neces**) – Neste momento ouviremos os representantes da educação no Estado de Roraima.

A Senhora Deputada Federal **Tereza Surita** – Queremos ouvir cada um de vocês. Eu sinto estar cumprindo o meu

papel como Deputada, e estou muito feliz neste momento. Quero ajudar a **Lenir**, os municípios e estar presente com vocês para uma educação melhor Para Roraima.

A Senhora Representante da ONDIME, Professora **Ernandina Silva Carvalho** – Bom dia a todos, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Secretária **Lenir**, meus colegas Secretários Municipais de educação, demais colegas. Ficamos muito felizes com esse convite. Estamos a um mês na presidência da ONDIME. Estamos aqui, em nome dos municípios, para falar a respeito também do Plano Nacional de Educação. Nós sabemos que é um plano que vem a contemplar diretrizes, metas e estratégias Para a educação brasileira. Eu gostaria de falar, principalmente, da questão do financiamento desse plano. Estivemos fazendo algumas leituras onde se fala sobre o PIB nacional, o investimento de 7% ao longo desses 10 anos. Li também que serão investidos nesse período, 80 bilhões de reais. Faço um pedido especial principalmente aos Deputados Federais, porque não adianta falarmos de Plano Nacional de Educação se não falarmos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, do resultado do IDEB. O que está aqui proposto, principalmente o que está relacionado ao financiamento, que venha ao encontro das nossas expectativas enquanto educadores, que seja realmente investido na qualidade da educação. O que eu queria propor em nome da ONDIME, é que os nossos Deputados Federais intervissem junto ao MEC e articulassem Para que cada Município/Estado tenha o seu Plano de Ação Articulado, que é um documento chamado PAR que terminou sua revisão em 2011, teve um monitoramento e agora seria a revisão. No dia 29 veio um colega da Universidade do Pará, funcionário do MEC, Para falar sobre o PAR e ele disse que não seria mais revisado, e sim construído. Todos os municípios estarão, a partir de 2011, construindo seu novo PAR e dentro dele está todo o processo educacional. Nosso pedido especial é para que vocês articulem e consigam consultores para mandar para cada município de Roraima, no intuito de ajudar nessa construção do novo PAR. Foi feita uma condensação ao plano anterior, e eu espero que o que nós colocamos do Estado de Roraima na CONAI, venha a ser contemplado no plano Nacional de Educação.

A Representante do Ensino Superior Público, Professora **Ednalva Dantas**, da Universidade Federal de Roraima – Bom dia a todos, em especial cumprimento a Deputada **Tereza Surita**, o **Angelo Vanhoni**, a Secretária **Lenir Rodrigues**, o Professor **Francisco**, o Professor **Josinaldo**, o estudante **Cesár Ricardo**, o

público representante, os profissionais de educação e todos os presentes. Sou Pró-Reitora do ensino de graduação e professora de química da Universidade Federal de Roraima, representando o magnífico Reitor, Professor **Roberto Ramos**. Tenho uma grande responsabilidade em repassar algumas idéias, reflexões quanto ao plano Nacional de Educação. Minha fala não é específica de uma professora, mas, quero dialogar e conversar sobre uma vivência de professora, de um curso de licenciatura que visita escolas quando acompanha os estagiários. Tenho filhas também em escolas, sou uma cidadã e pago imposto, converso com os diretores da escola de aplicação da UFRR e escola agrotécnica da UFRR, estou à frente dos cursos de graduação. Estou em sintonia com o Plano Nacional de Ensino de Graduação, do Fórum de Pró-reitores de graduação. Tudo isso ajuda na reflexão. A UFRR é uma instituição jovem, com 21 anos, mas que foi criada dentro de um contexto diferente de todas as IFIS desse País. Não tínhamos infraestrutura física, mobília, recursos humanos. Até hoje buscamos chegar ao patamar zero. Quem conhece uma função senoidal? Saímos do menos um, para chegar ao zero e passar para o um. Então, estamos em busca desse zero que é o mínimo aceitável para oferecer dentro das condições desejáveis de ensino de qualidade público gratuito para a educação roraimense. Temos hoje 38 cursos de graduação conforme processo no MEC, destes, 15 são cursos de licenciatura e 23 de bacharelado. Destaco o pioneirismo da Universidade Federal de Roraima com a educação superior indígena através dos cursos de licenciatura intercultural e gestão territorial indígena. Esse destaque é pertinente porque não temos financiamento para educação superior indígena, o custo é altíssimo, a educação é Parceira da UFRR na oferta deste curso, bem como a FUNAI e outros órgãos interessados, além das organizações indígenas. Se a secretaria não honrar os recursos pactuados, a FUNAI, a UFRR tem a obrigação dentro do seu orçamento, muito pequeno, de trazer esse aluno enfrentando toda esta realidade que a professora **Lenir** mostrou para atender a área indígena. O que chamou a nossa atenção na análise desse documento é que é importante considerar que há que ser quantificado metas, especificados os prazos de atendimento. Isso é fundamental para cumprir a avaliação do plano. É importante também dizer quem é o responsável no cumprimento de cada meta e como é que ele vai ser responsabilizar em administrar esses recursos. Eu acho que não está muito claro, é uma questão da minha análise a explicitação da metas para a erradicação do analfabetismo, apesar de termos a meta 9. O que eu sinto falta? É para o adulto. O Brasil tem muita gente adulta que não lê, que são Pais e,

isso reflete na educação dos seus filhos. Em geral, os que chegam a universidade têm os Pais alfabetizados, com escolaridade, e essa não é a realidade brasileira. Outra questão que eu chamo a atenção é para os recursos para educação superior indígena. Hoje, trabalhamos com recursos via edital, como, também, para a educação do campo com o edital pró-campo. Quando termina o ano será que o edital vai ser reeditado ou não? E o que eu faço com o aluno? Ele tem que terminar o curso e a UFRR tem que fazer com que esse aluno receba seu diploma. Esse debate que já está na terceira etapa, é um Plano Nacional Para 2011 até 2020, tem que ser aprovado neste ano. Destaco, também, a questão do orçamento, se fala em chegar de 7%. Aplicar no que é para ser aplicado, porque senão professoras **Lenir**, continuarão com recursos sendo mal aplicados, e aí ninguém sabe quem foi que não sou aplicar.

Então, estas foram algumas reflexões porque o plano é extremamente instigante para nós que estamos interessados em educação. Quero destacar a questão dos recursos de mestrados, doutorados para o professor, ou para a educação superior ou educação básica. Temos um problema, a CPARS. Estamos vivendo um momento hoje, no qual quando é professor, não recebe a bolsa. Precisamos ter programas de bolsas para esses cursos de qualificação e para que o professor possa ter essa bolsa. Quem está fazendo o programa de pós-graduação sabe, hoje, a determinação da CAPS. Temos professor na UFRR que tem hoje 07 cursos de mestrado e professores da educação básica que tiveram que abdicar da bolsa porque já recebiam seu salário. Dá trabalho fazer pós-graduação, requer tempo, requer compra de livros, participarem em eventos, associar-se em várias entidades para que possa publicar a tese e realmente ser reconhecido como mestre ou doutor.

Então, precisamos pensar em várias metas para destacar esse programa de qualificação para professor de ensino superior ou para o quadro de educação básica.

Então, vamos garantir bolsas para os professores. Não é um pedido, isso é importante para darmos uma qualidade a formação, porque senão, o professor nunca poderá descansar, e o décimo terceiro só servirá para comprar livros no mínimo.

Temos mais algumas questões das bolsas. Em relação ao PAR, a Presidente da UNDIME, eu a reconheci porque hoje as Universidades Federais têm a responsabilidade de dividir esse acompanhamento com as Secretarias Municipal e Estadual e não ficou claro o papel das universidades, de repente chegou essa ação para a universidade federal, em especial a Universidade Federal de Roraima

tem um quadro de professores e de técnicos muito pequeno e para fazer esse trabalho não foi fácil, foi preciso fazer essa pareceria com a Universidade do Pará. Eu tratei com a representante do MEC que esteve aqui, não esse diálogo, de fazer esse acompanhamento, porque hoje as universidades federais têm a obrigação, o recurso é disponibilizado na conta da universidade, então ele passa por um processo de licitação que é requerida por uma instituição federal, e aí às vezes quem está a frente da UNDIME ou da Secretaria de Educação Estadual ou do Municipal, não compreende esse sistema, dificulta algumas ações e até hoje não conseguiu efetivamente terminar as nossas ações de acompanhamento do PAC em Roraima. Estamos tentando.

Estou vendo uma das representantes do PAC da UFRR, são dois técnicos e uma professora da Universidade Federal de Roraima, Secretaria de Educação, UNDIME além da UPAR.

Então, é algo de extrema importância, Senhores acompanhem esse plano de articulação para ver como é feito esses acompanhamento, é importante o esclarecimento e o apoio de vocês quando chega essa comissão no seu município.

Quero falar tudo que anotei, nem tudo foi destacado, com certeza será complementado pelos outros colegas, quero destacar aqui na meta 15 quando fala de garantia e regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que todos os professores de educação básica possuam uma formação específica de nível superior, obtidas em cursos de licenciatura na área em que atua. Quero destacar aqui o contrato entre a Universidade Federal de Roraima e a Prefeitura Municipal de Boa Vista em garantir um pouco essa formação, também não é fácil, porque se tem o recurso, a universidade federal tem que respeitar vários critérios integrais, a gente passa por auditorias internas e externas e são cobradas formas desse financiamento, fica muito questionado pela universidade para atender essa meta. Uma instituição pública federal tem vários critérios nessa hora, não é fácil, daí a dificuldade de a gente atender essa meta.

Vou parar, deixando aqui para que os outros possam complementar. Muito obrigado a todos vocês pela atenção.

A Senhora Presidente, Deputada Federal (**Teresa Surita**) – Quero chamar o representante do ensino superior privado, Doutor **Mozar Pinheiro**, da FARES.

A Senhora Mestre de Cerimônia (**Siloany Neves**) – Gostaria de informar que a questão do tempo, não é estritamente Para

que possamos ouvir, sim porque os nossos representantes pretendem ouvir a todos, então, a gente reserva um tempo, estamos cronometrando Para que todos tenham essa oportunidade. Agradecemos a compreensão.

O Senhor Representante da FARES, Doutor **Mozar Pinheiro** – Bom dia a todos, quero cumprimentar a Mesa em nome da nossa Deputada **Teresa Surita**, Professor **Francisco das Chagas**, **Angelo Vanhoni** e a nossa Secretária de Educação **Lenir Rodrigues**, autoridades presentes, políticos, Deputados Federais e Estaduais e mais autoridades.

Venho aqui mais para agradecer a nossa Deputada **Teresa Surita** pela coragem que teve em implantar esse seminário aqui em Boa Vista, que até hoje a gente nunca tinha visto um seminário dessa natureza, envolvendo todos os segmentos da educação de Roraima, para isso estamos vendo todos os professores presentes, representantes de todos os colégios, e das universidades. Vou ser muito rápido em dizer que estamos representando a FARES, a Cathedral, a ATUAL e a FACETEN e queríamos que levassem uma mensagem para o MEC, que nós aqui em Roraima temos dificuldades também no ensino superior, porque a gente sente dificuldade de encontrara aqui doutores, mestres. Hoje um mestre para sair daqui tem que ir para Argentina, Paraguai, para qualquer outro País para poder trazer os seus conhecimentos e quando chega aqui tem o maior problema para reconhecer o curso que ele fez. Então, nós queríamos que vocês levassem uma mensagem, que para nós fazermos as nossas avaliações aqui no nosso Estado, deveria tem vindo um professor do norte para fazer as nossas avaliações, porque o pessoal do sul quando chega aqui, estão totalmente diferentes da nossa situação com eles. Para isso vocês viram aquele vídeo no qual nós também temos uma faculdade no Uiramutã. E é a maior dificuldade para a gente chegar lá. Muito obrigado a todos.

O Senhor Professor **Edvaldo Pereira da Silva** (Representante do Ensino Profissionalizante de Roraima) – Bom dia a todos. Deputada **Teresa**, Presidente desses trabalhos, cuja pessoa quero cumprimentar todos os Parlamentares Federais. Meu caro professor **Francisco**, Secretário Adjunto Executivo do MEC, meu ilustre Presidente do Fórum Nacional de Educação, na pessoa de quem eu quero cumprimentar as demais autoridades aqui presentes, representantes das Instituições de Ensino do nosso Estado. Professora **Lenir**, antes de cumprimentá-la eu quero pedir permissão para

incorporar o seu discurso a minha fala. Têm algumas coisas aqui que casam muito bem nas colocações que vamos fazer. Em nome da professora **Lenir** eu quero cumprimentar todos os trabalhadores em educação presentes a este ato. Cumprimentar os Parlamentares estaduais, federais e demais autoridades aqui presentes.

Bom, eu elenquei apenas quatro pontos para tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, eu quero dizer que não estou muito confortável na qualidade de representante do ensino profissional no Estado. Até porque isso a gente não discutiu antes. E eu vejo a presença de vários representantes que têm dentro das suas atividades o compromisso também de ofertar a educação profissional, a exemplo do próprio Estado. A exemplo do SENAI, que está ali o Arnaldo ali presente e outras instituições.

Então, eu quero fazer na minha fala, como reitor do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias de Roraima. É uma instituição pública federal com a finalidade maior de promover e desenvolver a educação profissional e tecnológica do nosso País. Eu quero dizer que do ponto de vista da análise da minuta do documento, a educação profissional está bem contemplada. Tem uma meta com várias diretrizes inteiras que trata dessa questão, que é uma inovação na proposta de Plano Nacional de Educação. Eu acho que isso é um avanço, fruto da CONAI e fruto das reivindicações e do reconhecimento e da importância dessa formação profissional para o processo de integração regional de desenvolvimento do nosso País.

Um dos pontos que eu quero chamar a atenção diz respeito à questão da formação de professores ou de profissionais para a educação. Então várias metas se referem a essa questão. No entanto, me parece aí, **Angelo Vanhoni**, na qualidade de relator dessa proposta, eu senti a ausência de algo mais enfático que trate de uma política diferenciada de formação de profissionais da educação para a Região Norte do País. Não é uma política diferenciada que trate de garantir privilégios, benesses, mas que trate de enxergar a diversidade e os diferentes brasis que existe no nosso País. Na Região Norte é só pegar o mapa de distribuição da oferta de oportunidades de formação profissional início de cursos de licenciatura, pós-graduação e nós vamos ver que as regiões do Centro Sul do País onde está a grande aglomeração das oportunidades educacionais e um grande vazio para a Região Norte, em especial à Região Amazônica.

Então, essa realidade, se nós queremos atacar a política de igualdade e de oportunidades é preciso que tenhamos em mente mecanismos efetivos de dar atenção a essa diversidade e garantir aos profissionais, não só da educação, mas a oportunidade de

formação profissional para os diversos segmentos da economia no contexto da Região Amazônica, da Região Norte. Só assim nós vamos ter uma oportunidade de garantir um melhor equilíbrio nessa balança de distribuição de oportunidades educacionais.

Nesse contexto, aliado a essa questão de uma atenção diferenciada para a Amazônia, é preciso e também eu não vi, aliás, do ponto de vista legal não sei se cabe nesse Projeto de Lei, mas é uma necessidade de que a CAPS, enquanto instituição fomentadora e apoiadora, financiadora, principalmente da formação profissional em nível de pós-graduação neste País, ela seja revista, enquanto propósito, enquanto critérios, enquanto instrumento de financiamento dessas oportunidades. É preciso que essa instituição que foi concebida na esteira da criação das Universidades Federais com foco voltado Para capacitar os profissionais da Universidade Federal passe a entender que o cenário educacional brasileiro mudou. Hoje existe uma outra realidade. Existe uma outra instituição. Por exemplo: a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que além da formação profissional, também tem a atribuição e a responsabilidade de desenvolver a educação superior e inclusive a pós-graduação. É preciso que a CAPS enxergue a diversidade da região norte e da região amazônica, por exemplo, na concessão de bolsas e nos critérios de autorização e reconhecimento para a oferta de cursos de pós-graduação nas instituições de ensino, localizadas nessa região. Com a suspensão dos programas como o **Dinte** que houve no ano passado e agora com retorno, em vez de flexibilizar os critérios eles se tornaram mais rígidos, dificultando ainda mais o acesso dos profissionais da Região Norte nesse processo de formação. Assim, com relação a essa meta nós queremos critérios específicos para a oferta de programas de formação de profissionais da educação em nível de graduação e pós-graduação para a Região Norte. Repetindo não como benesses, não como favoritismo, mas como reconhecimento da diversidade da realidade em que vivemos.

O outro ponto tem a ver com plano de carreiras de política salarial dos profissionais de educação também. Ainda em cima da questão da diversidade local e regional. Houve uma época em que tínhamos junto à nossa remuneração uma gratificação de localidade, que não resolvia de toda questão, mas ajudava as instituições do poder público a estimular a fixação do profissional nas várias regiões do Estado e do interior naquela dificuldade que a professora **Lenir** tão bem mostrou e caracterizou no vídeo. Essa gratificação foi retirada. Não existe mais hoje no plano federal. Não sei se o plano estadual contempla alguma coisa nesse sentido. Mas é preciso que enquanto

política de Estado e não de Governo se atente para essa questão da diversidade do País e a necessidade de termos mecanismos efetivos e garantir o acesso e a permanência do profissional da educação lá na localidade onde a comunidade precisa da presença dele. Eu senti falta nesse Projeto de Lei de alguma referência nesse sentido.

E, por último, tem uma meta que se refere à questão do reconhecimento da cooperação e da colaboração entre sistemas. Mais uma vez, aí estamos falando em cima de uma realidade concreta. Os dispositivos legais anteriores também já falavam disso, mas na prática se enfrenta uma dificuldade de alguém já colocou aqui, não sei se foi a representante da Universidade, professora representante da ONDIME que no momento da efetivação da parceria entre os entes federados, públicos, estadual e municipal na socialização dos custos da ação a ser executada, há os gargalos legais que impedem. O Instituto Federal, por exemplo, está presente no interior do Estado em regiões onde nem município nem Estado tem nenhuma ação de formação profissional. No entanto, apesar da boa vontade, seja do município, seja do Estado, essas instituições ficam amarradas, impedidas de auxiliar no processo de atenção àquelas comunidades porque os dispositivos legais hoje existentes não permitem, por exemplo, que o Estado invista nos meios necessários para que o aluno possa acessar lá da localidade do interior a escola que pertence a uma instituição federal e que, portanto é dever da União e não do Estado. Aí vem toda a questão do financiamento do FUNDEB e outras linhas de financiamento que limitam a constituição de orçamento das instituições com base no número de alunos. Um aluno não pode ser contado para duas esferas ao mesmo tempo. Então, esse é uma questão de natureza legal que eu gostaria de ver de alguma contemplada nesses dispositivos.

Bom, eu elenquei esses temas, tem muito mais, mas o tempo não permite, quero parabenizar a Deputada **Teresa Surita** pela iniciativa desse evento, Eu acho que é importantíssima, não só para o nosso Estado, mas para o nosso País e a comunidade possa participar e se sinta agente partícipe da construção desse processo. Parabéns e sejam bem-vindos ao nosso Estado o professor **Francisco** e o Deputado **Angelo Vanhoni** e sucesso na realização desse trabalho. Muito obrigado.

A Senhora Presidente da Comissão PNE, Deputada Federal (**Teresa Surita**) – Lá na comissão em Brasília, às vezes o **Angelo Vanhoni** chega sem fazer a barba, visivelmente cansado. E a gente brinca com ele que é o que ele está carregando de

responsabilidade em levar a realidade da educação no relatório que vai ser realmente muito importante para o nosso País. Hoje ele veio aqui de barba feita, todo arrumado sem estar nem cansado para nos ouvir.

Mas eu quero chamar agora o representante do Sistema “S” de Roraima, Doutor **Arnaldo Mendes**, Diretor Regional do SENAI.

O Senhor Representante do Sistema “S” de Roraima, Doutor **Arnaldo Mendes** (Diretor Regional do SENAI) – Bom dia a todos, na pessoa da Deputada **Teresa Surita**, gostaria de cumprimentar todos os membros da Mesa, em especial ao Deputado **Angelo Vanhoni**, e ao representante do MEC. O SENAI é o mais antigo dos “S”, criado em 1942, é uma instituição sexagenária que ano que vem completa 70 anos. Ao longo desses 70 anos, o SENAI já formou mais de 47 milhões de profissionais. E, quem me dera essa honrosa oportunidade de representar o Sistema “S” no nosso Estado que tem nas suas linhas de ações a educação do ensino regular e profissionalizante.

Nesse importante encontro para debatermos e propormos sugestões de melhoria para o Plano Nacional de Educação que está sendo construído, graças à iniciativa da Deputada **Teresa Surita**, estamos sendo ouvido. Em Roraima temos instalado e funcionando todos os “S”, sendo da indústria SESI e SENAI, do comércio, SESC e SENAC, do transportes, SEST/SENAT, da agricultura, SENAR. Em 2008 SESI/SENAI e SESC/SENAC tiveram uma forte alteração regimental onde, em síntese, ampliou a aplicação dos recursos oriundos da receita do compulsório em gratuidade. No caso do SENAI e do SENAC nós assumimos um compromisso com o MEC e com toda a Nação, de aplicar 2/3 dos recursos da gratuidade em serviços de educação profissional em todas as modalidades. Para vocês terem uma dimensão dessa nova meta, nós, do SENAI/Roraima, aplicamos 23% do orçamento oriundo de recursos compulsórios em gratuidade para saltar para 67% em 2014, ou seja, em apenas seis anos teríamos mais do que dobrado aquilo que já vínhamos aplicando em gratuidade. No primeiro plano isso causou uma preocupação muito grande devido o compromisso assumido e, nós achávamos que o tempo era curto, porque não envolve só a aplicação de recursos financeiros, mas a questão de estar preparado para fazer a melhor educação profissional, envolve recursos para atualização física e psicológica, pois, sabemos que isso demanda certo tempo.

Mas, pasmem. Ao ser lançada essa nova meta já no ano de 2010, o SENAI Roraima alcançou 69% de aplicação dos seus

recursos oriundos do compulsório com gratuidade. Nós ultrapassamos a meta que estava prevista para 2014, tudo isso devido a grande demanda que o nosso Estado tem por educação profissional. Para vocês terem uma idéia, nós fizemos no ano passado 5.855 matrículas, sendo 3.140 matrículas 100% gratuitas. Nós saltamos de 2007 para 2010 de 45 alunos aprendizes para 240, de 02 cursos oferecidos para aprendizagem básica para 07. Tudo graças a essa importante mudança regimental.

Agora, em 2011, já assumimos novos compromissos com o Governo da Presidente **Dilma**, assumimos o compromisso de duplicar o que tínhamos combinado de realizar em 2014, como bem falou o representante do MEC. E, foi criado, também, o PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e, com esse programa, os Sistemas “S”, sobretudo de aprendizagem, vão trabalhar com demandas vindas de escolas estaduais e com os beneficiários do Seguro Desemprego, ou seja, vamos ser um forte parceiro do Estado Para formar profissional. Mas, temos um entrave que precisamos resolver a nível estadual que é a aprovação dos pedidos do SENAI para a criação de novos cursos técnicos. Temos 03 cursos técnicos para serem aprovados pelo Conselho Estadual e venho a público pedir que haja uma celeridade para que possamos, no próximo ano, trabalhar com uma forte parceria com a Secretaria de Educação que vai selecionar esses alunos para fazerem o curso técnico concomitante com o SENAI.

Para encerrar, eu posso afirmar que nós, do Sistema “S”, estamos nos preparando cada vez mais para cooperar com os governos para termos uma melhor educação nesse País. Tenho certeza que teremos um Município, um Estado, um País melhor e mais justo quanto melhor for à educação praticada em todos os níveis. Muito obrigado.

A Senhora Presidente da Mesa, Deputada **Teresa Surita** – Obrigada Doutor **Arnaldo**. Gostaria de convidar o Professor **Josinaldo**, Representante do Sindicato dos Professores.

O Senhor **Josinaldo Barbosa Bezerra**, Representante do Sindicato dos Professores – Bom dia a todos, cumprimento os trabalhadores em educação, através de quem, cumprimento a Mesa e aos demais presentes. Gostaria de fazer um acordo com os representantes da Comissão, eu mantenho nos cinco minutos e vocês recebem os representantes do SINTER em Brasília e falamos mais sobre o Plano Nacional de Educação.

Gostaríamos de trazer algumas reflexões muito rápidas. Primeiro Secretária **Lenir**, digo com toda a naturalidade, mas, também, com muita preocupação, com todo respeito, mas a exposição de Vossa Excelência nos deixa extremamente preocupados, pois parece que a dificuldade da educação em Roraima está apenas na distância das nossas escolas, quando sabemos que os ventiladores das escolas, na capital estão caindo em tempo de matar nossos alunos. Secretária **Lenir**, sabemos que a dificuldade de recursos é muito grande, mas, também, não há recursos quando temos uma licitação recente. Faço justiça que não faz parte da gestão de Vossa Excelência, mas fizeram uma licitação de nove milhões de reais, porém, até hoje os alunos ainda não receberam uma camisa de farda nas escolas. Também não há recurso quando se faz uma licitação para a merenda escolar no valor de trinta e três milhões de reais, enquanto que a merenda escolar está uma verdadeira calamidade e, diga-se de passagem, grande parte desses prejuízos não são decorrentes da gestão de Vossa Excelência, mas Vossa Excelência representa a continuidade do sistema.

Gostaria de fazer apenas uma proposta, nós temos que ter como fundamento garantir o direito a qualidade da educação da mesma forma como se garante o direito a morte. O direito a morte é universal, pois todos têm o direito de morrer. Nem todos têm o direito de viver, nem todos tem o direito à educação de qualidade. Gostaria de frisar dois pontos: equiparação salarial dos trabalhadores em educação não com os outros profissionais, mas com outros profissionais de educação que prestam serviços, por exemplo, no Tribunal de Justiça. Equiparar o salário dos nossos pedagogos com os dos pedagogos do Tribunal de Justiça, do Poder Legislativo e etc.

Uma outra questão que eu gostaria de trazer a tona é que não um trabalhador que sofre algum acidente de trabalho e perde algum membro, se aposenta, enquanto que o professor perde a voz e não se aposenta. E a voz, para o professor, é muito mais importante do que o braço, porque se você perde um braço pode utilizar o outro, mas se o professor perde a voz, não poderá mais conversar com seus alunos, a menos que passe por um processo de re-codificação da linguagem.

Eu sei que meu tempo acabou, mas, gostaria apenas de Ler o ofício que entregarei para a Comissão:

“Solicitamos dessa Comissão uma audiência em Brasília com este sindicato para que possamos apresentar-lhes a proposta Para o Plano Nacional de Educação – PNE e discutirmos a necessidade de sua implantação”.

“Na oportunidade, Parabenizamos pela iniciativa da realização desse Seminário sobre o PNE em Roraima, porém, necessitamos de mais tempo com a Comissão para justificarmos a importância da implementação de nossas propostas”. Muito obrigado.

A Senhora Presidente da Mesa, Deputada **Teresa Surita** – Obrigada Professor. Gostaria de receber a solicitação da audiência e dizer que será um prazer recebê-los para discutirmos a questão com mais tempo.

Convido Para fazer uso da palavra o representante do Movimento Estudantil, **César Ricardo**.

O Senhor Representante do Movimento Estudantil, **Cesar Ricardo** – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Senhor **Jordão Laranjeiras**, Presidente da União Estadual dos Estudantes; o nosso amigo **Isaias**, Presidente da União Geral dos Estudantes e, em nome dele, cumprimentar todos os presentes. Quando recebemos o convite para participarmos desse Seminário ficamos muito felizes. Deixo como proposta para a plenária discutirmos esse plano, pois, acredito que mesmo o Seminário estando sendo realizado hoje, podemos ter mais tempo para entregar nossas propostas.

Gostaria de salientar que na meta 6, quando se fala em oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas, sentimos falta de alguns critérios, pois o aluno irá passar o dia todo na escola, e como fica o almoço do aluno, a merenda, o jantar?

Na meta 7.4, quando se fala em avaliação da educação básica, nós queremos saber avaliar o quê e como? Nós sentimos falta no próprio texto da avaliação da aprendizagem. Às vezes, nos avaliamos o aluno por conteúdo e acabamos o avaliando porque ele foi mal numa prova, mas, sabemos que, o aluno sabe. Sabemos também que muitas vezes, o aluno passou porque decorou certo conteúdo e não avaliamos a real aprendizagem dele.

Na meta 19, que diz: garantir mediante lei específica aprovada no âmbito do Estado, do Distrito Federal e Municípios, a nomeação de diretores comissionados vinculados a critérios técnicos de mérito de desempenho e participação na comunidade. Critérios técnicos, eu acredito que deva ter sim, mas temos que sair dessa questão de nomeação comissionada para os nossos representantes nas escolas. A gestão democrática parte da democracia mesmo. Então, por que nós não elegermos os nossos diretores de forma direta? Por que os nossos professores, alunos e o corpo administrativo não elegem nossos diretores? Então, é um dos pontos que mais batemos e

gostaríamos que fosse feita essa mudança para que tenhamos eleições diretas de diretores para as nossas escolas. Muito obrigado.

A Senhora Presidente da Mesa, Deputada **Teresa Surita** – Muito obrigada **César**. Gostaria de chamar o Representante do Ensino Indígena, professor **Marcos Braga**.

O Senhor Representante do Ensino Indígena, Senhor **Marcos Braga** – Bom dia a todos. Em nome da professora **Romilda**, aluna egressa do curso de licenciatura inter-cultural do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da UFRR, saúdo toda a plenária, a mesa na pessoa da Deputada **Teresa** e aos demais Parlamentares aqui, o **Angelo Vanhoni**, Relator. Bem, eu fiquei pensando o que falar em cinco minutos. Primeiro, acho que se é uma política de Estado, realmente o Estado começou a exercitar essa política através das audiências. Nós tínhamos a preocupação de que, quando surgiu esse Projeto de Lei, não o havíamos discutido com a sociedade, com os movimentos sociais e sindicais. Temos muito a contribuir com esse processo. É claro que a minha primeira crítica, nós, enquanto instituição pioneira na educação indígena, diz respeito às diretrizes para a educação escolar indígena, porque ainda pensamos em diretrizes de modo homogêneo sem levar em consideração as singularidades e diversidades.

A outra questão são os próprios recursos financeiros. Queria dizer que numa audiência como essa a polifonia de todos os movimentos é muito importante. Então, falar da educação indígena é ouvir o movimento de professores indígenas, no caso, a OPIR - Organização dos Professores Indígenas de Roraima. Eu não vou falar em nome do ensino indígena, vou falar da educação superior, não da UFRR, porque eu não tenho essa prerrogativa de falar por eles. Nós temos a experiência da educação superior indígena e como o protagonista não está presente, o que eu tenho a fazer é entregar o relatório da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena onde consta que o Estado Brasileiro gastou milhões em 2009. Senhor Relator, aqui está, imprimi com meus recursos próprios. A Conferência teve 18 audiências públicas em 2009, nas 18 etnos regiões educacionais brasileiras. Claro que o Senhor como Relator já deve ter esse material, mas, eu queria reforçar novamente, aqui está a proposta da polifonia do movimento indígena brasileiro na Conferência realizada em novembro de 2010, em Luziânia-Goiás. pasmem, o Projeto de lei tem um anexo 2, o que justifica esse Projeto e, na página 54, fala da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, por isso que eu

vou entregá-lo não só ao Senhor, mas ao Representante do Estado brasileiro no Ministério da Educação. Aqui está a demanda dos povos indígenas no Brasil. Vou entregar para a Deputada **Teresa** também, pois eu trouxe uma cópia para cada.

Nós tivemos um Seminário recentemente em Brasília, na FUNAI, nos dias 04 e 05, onde discutimos uma avaliação independente que a FUNAI fez sobre as 21 metas do PNE 2001/2011, o que avançou e o que não avançou. Pasmem não se criou a categoria escola indígena, não se criou a categoria professor indígena. Avançamos no ponto de vista das leis e das normas, mas, na sua operacionalização, estamos dando os primeiros passos. Falta vontade política. E aí, como crítica, se pensarmos ampliar a educação escolar do campo, na meta 7, é quilombola/indígena, a partir da visão articulada de desenvolvimento sustentável e preservação. Eu não diria preservação, mas valorização da identidade étnica e cultural. Então, as palavras têm respostas e aí, Senhor Relator, dentro deste Seminário algumas questões foram colocadas, por exemplo, o texto está ancorado só na CONAI, mas temos que levar em consideração a CONAIR também, porque o Estado brasileiro gastou dinheiro. É uma visão fragmentada de níveis, etapas e modalidades. O novo plano se organiza em metas multidimensionais e estratégias para sua concretização e, nesse sentido, há tempo. Nós temos os principais verbos: fomentar, promover, ampliar e expandir, mas, não temos o respeitar e garantir. E, os verbos dizem muitas coisas. Então, era essa a reflexão que eu queria colocar. O meu tempo já esgotou. Contudo, quero dizer que realmente é louvável essa iniciativa do Estado brasileiro, porque o Plano não é uma política de Governo e sim de Estado. E, eu acho que nesse sentido o Ministério da Educação, com essas audiências, está ouvindo essas polifonias no sentido de ter um PNE que retrate o que a sociedade brasileira quer para sua educação.

O Senhor Relator da Comissão, Deputado Federal **Angelo Vanhoni** - Preciso fazer uma pergunta antes que você encerre, porque depois talvez não dê tempo. As entidades que representam as comunidades indígenas estão contatando Deputado ou grupo de Deputados para fazer emendas?

O Senhor Representante do Ensino Indígena, Senhor **Carlos Braga** – Sim. Nesse Seminário há uma rede de ONGs e entidades. E, o Professor **Luis Donizete** e a Senhora **Lúcia Alberta**, que trabalha no Ministério, ficaram de manter contato com o Relator e, o nosso interlocutor é o ex-Secretário do Mato Grosso, Ságua, que é

do PT e era o Presidente do CONSED na época, o qual será o interlocutor juntamente com o Senhor enquanto estiver recebendo as propostas desse movimento. Então, nesse Seminário que foi realizado nos dias 04 e 05 do corrente mês, estava presente a Comissão Nacional de Política Indigenista, o Conselho Nacional Escolar Indígena e outros movimentos. Portanto, eles estão sistematizando e vão procurá-lo, via interlocução do Deputado **Ságuas**, para entregar esse material. Muito obrigado.

A Senhora Presidente da Mesa, Deputada **Teresa Surita** – Eu quero agradecer ao professor **Marcos** e, chamar a Representante do Ensino Fundamental e Médio das escolas Particulares, professora **Lilian Vieira**.

A Senhora Representante do Ensino Fundamental e Médio das escolas Particulares, Professora **Lilian Vieira** – Bom dia a todos, aos Senhores Deputados que estão aqui presentes, demais pessoas da platéia. Eu fico triste de ouvir esses problemas que não são diferentes dentro das escolas Particulares. Nós temos muitas dificuldades, até mesmo de material chegar ao nosso Estado. Eu também sou funcionária do Estado e sei das dificuldades enfrentadas pelos nossos professores, porque nós não trabalhamos apenas um horário, trabalhamos em três horários e, não é fácil você trabalhar com crianças que têm suas dificuldades. Hoje, estou na Escola Objetivo e vejo as crianças enfrentando dificuldades, problemas familiares. Na escola, só há cobranças por parte da família, porém, muitas vezes, os pais não vêm até a escola perguntar como está o seu filho com relação ao ensino e ao aprendizado. Então, isso acaba nos desmotivando por não termos o apoio familiar dentro da escola. Por isso, eu peço às famílias que compareçam à escola, não por cobrança e sim, para participar da vida escolar de seus filhos. Portanto, era essa a minha mensagem. Agradeço a oportunidade. Muito obrigada.

A Senhora Presidente da Mesa, Deputada **Teresa Surita** – Convido a Secretária Municipal do Ensino Infantil e Fundamental de Boa Vista, Professora **Stella Damas**.

A Senhora Secretária Municipal do Ensino Infantil e Fundamental, Professora **Stella Damas** – Bom dia primeiro aos meus colegas da educação, professores e demais profissionais: Cumprimento a todos e não posso deixar de dar uma saudação especial a Professora **Lenir**, Secretária de Educação do Estado, ao Deputado **Angelo**

**Vanhoni** e ao Senhor **Francisco das Chagas**. E, mais uma vez falo do meu carinho e respeito pela Deputada **Teresa** que é nossa companheira de muitos projetos. Realmente são muitas coisas Para serem faladas e muitas coisas já foram ditas. Quero contar um pouco sobre as dificuldades que temos também enquanto capital, pois o Município de Boa Vista tem uma especificidade, atende quase 70% da população do Estado. Isso, também, nos traz muitos problemas e muitos desafios. Então, dentre muitas coisas, eu queria dizer que a universalização da educação infantil aqui em Roraima, assim como em todo Brasil, é uma meta audaciosa. Nós temos, na capital, um número muito grande de crianças da educação infantil fora da escola. Temos trabalhado duramente na ampliação das escolas e nas obras, mas esse processo é muito novo no País e, temos que ter muito cuidado quando colocamos as metas de universalização.

Essa dificuldade de atender as crianças pequenas acaba trazendo outros problemas para a escola, e quem sofre efetivamente são os professores, porque nós acabamos tendo turmas super lotadas e o professor acaba tendo um desgaste além do que deveria ter, em relação ao atendimento individualizado de cada aluno. Enfim, são questões cíclicas que começam num determinado aspectos e acabam migrando Para outro. Por isso, nós temos essa preocupação realmente, temos, também, aquilo que nós chamamos de ideal, que é o Projeto Casa Mãe, ainda da gestão da ex-Prefeita **Teresa**, que é o nosso sonho enquanto educadores de ter uma educação integral onde as nossas crianças possam ficar o dia todo na escola e serem atendidas com qualidade, fazerem a sua alimentação diária e voltar Para casa de banho tomado e bem tratadas. Esse é um projeto ideal, mas, quando se pensa em Plano Nacional, temos que pensar com carinho como vamos subsidiar, do ponto de vista financeiro, os Municípios Para que façam isso, porque realmente os recursos da educação, diante dos recursos das demais pastas de um Governo, é maior, entretanto, nós que trabalhamos na gestão desses recursos sabemos que eles existem, mas as demandas são imensas. Então, todo o recurso é bem vindo. Pensar em educação integral é pensar na alimentação que vai se dar a essas crianças, porque hoje, o que se recebe Para a merenda escolar é muito pouco. O Município de Boa Vista tem que investir cerca de 5 vezes mais do que nós recebemos do Governo Federal para a alimentação, porque nós não conseguimos oferecer uma alimentação com trinta, quarenta centavos. Nós temos no Estado, uma questão logística que é complicada, pois tudo vem de fora e demora. Então, esse investimento na alimentação é um investimento muito bem feito, mas sai dos cofres Municipais e não consta nos 25%

da educação. Fazemos isso com muito sacrifício para que as nossas crianças possam ser alimentadas porque na sua maioria são crianças pobres.

O Ensino Fundamental de 9 anos é outro desafio. O Município de Boa Vista já conseguiu pelo menos quantitativamente vencer isso, mas, ainda o Estado e alguns Municípios ainda estão trabalhando em cima do Ensino Fundamental de 9 anos. Falar de ensino fundamental de 9 anos é falar de qualidade, pois, não adianta colocar uma criança um ano a mais na escola se ela não está aprendendo o que deveria aprender nesse um ano a mais. Nós temos essa preocupação, pois, no Município, nós vivemos a fase de achar que o ensino fundamental de 9 anos estaria resolvido, e as nossas crianças deixaram de ter baixo rendimento no 1º ano, mas, passaram a ter no 2º ano. Então, só mudou o ano, não mudou o problema. Logo, é colocar no Plano Nacional a universalização do ensino fundamental de 9 anos é necessário, visto que, boa parte dos Municípios Brasileiros ainda não fizeram esse processo e, principalmente, se o fizeram, ainda não o conseguiram fazer com qualidade.

Em relação à educação indígena nós, no Município de Boa Vista, atendemos poucas escolas indígenas e poucos alunos. Mas é urgente a necessidade de um Projeto Pedagógico diferenciado e específico para a educação indígena. Muitas coisas boas acontecem, Senhores Deputados, em relação à educação indígena nesse Estado. Projetos pedagógicos maravilhosos acontecem nas escolas, mas, não temos isso sintetizado e seria um ganho para o País se pudéssemos sintetizar isso. Roraima realmente tem experiências maravilhosas em relação à educação indígena, nós temos que nos organizar e dar apoio a isso.

Penso que precisamos, também, colocar um viés muito específico em relação à educação para igualdade. Ela tem que aparecer como meta ou uma grande diretriz, pois quando nós trabalhamos em educação para igualdade, nós estamos trabalhando a educação indígena. Nós estamos trabalhando a questão da afro descendência. Estamos trabalhando, principalmente, com a maior dificuldade que temos que é a inclusão da criança que não aprende, pois, nós temos dentro das escolas, crianças que são deixadas de lado porque não aprendem. Então, no Plano Nacional de Educação temos que ter um olhar para essas crianças que não aprendem, ou melhor, que aprendem mais lentamente ou que por algum motivo não foram contempladas com aquilo que é necessário para seguir no seu processo de aprendizagem. Então, a questão da aprendizagem tem que ser bem clara, não adianta ela estar implícita, ela tem que estar

explícita para que não percamos o foco, como brilhantemente falou o jovem e fiquei feliz em ouvi-lo dizer da preocupação não com o conteúdo, mas com a aprendizagem. E, ainda como idéia, pois temos lutado muito pela educação de jovens e adultos. Gostaria que os nossos Parlamentares levassem uma reflexão a cerca da educação de jovens e adultos e, um segundo olhar no sentido de que conseguíssemos apoiar, realmente, a educação de jovens e adultos com uma orientação profissional forte, pois, quem sabe, não se resolveríamos parte do problema da evasão. Nós tivemos o modelo do Pro-Jovem, por exemplo, que trazia arcos profissionalizantes e percebemos pelos nossos resultados, o quanto isso ajudou famílias. Então, temos que pensar nas duas pontas: escolarizar esse adulto que não se escolarizou e, ao mesmo tempo, dar uma perspectiva de orientação de trabalho para ele. Mas, isso são investimentos que também teriam que ser pensados.

Temos muitas preocupações em relação à formação de professores. Estamos começando a formar o nosso capital intelectual na área pedagógica agora no Estado. Temos orgulho de dizer que na capital todos os nossos professores são graduados em pedagogia. Para nós, isso é um orgulho. Os profissionais têm que ser tratados com respeito, pois são eles quem faz a educação. Nós temos que pensar não somente na valorização financeira, mas, na saúde do professor. Estamos vivendo um momento onde muitos professores estão deixando a sala de aula porque estão com depressão, perderam a voz dentre outras coisas. Então, eu acho que deveria ser direcionado algo no sentido da saúde do profissional da educação, porque se o nosso profissional da educação não estiver com a mente e o corpo são, como irá educar nossos jovens? Agradeço mais uma vez e digo que estamos à disposição para qualquer outro diálogo. Muito obrigada.

A Senhora Presidente da Mesa, Deputada **Teresa Surita** – Quero agradecer a professora **Stella** e dizer que é uma alegria podermos nos rever agora. Nós tivemos uma grande luta juntas, implantando as Casa Mães, a Escola Frei Arthur com ensino diferenciado para os jovens do Projeto Crescer, o EJA, o Pro jovem, enfim, tantas metas que nós atingimos juntas e, agora, como Deputada irei continuar ajudando.

Convido o Representante do Departamento de Ensino Médio, professor **Herivelto Amoras**.

O Senhor Representante do Departamento de Ensino Médio, professor **Herivelto Amoras** – Bom dia a todos, Senhores e

Senhoras. Cumprimento a nossa Deputada Federal **Teresa Surita**, o Deputado **Angelo Vanhoni**, a Secretária de Educação do Estado, professora **Lenir Rodrigues** e o professor **Francisco Chagas Fernandes**. O ensino médio se fundamenta no artigo 35 e 36 da LDB. É interessante lembrarmos que a escola pública brasileira vem seguindo como se fosse uma escola criada na era industrial. Tudo que foi consolidado ainda tem resquícios. Não é a questão do nosso currículo, é a questão do modelo que é impregnado e, na verdade, nós precisamos nos preocupar com uma escola que possa dar condições aos nossos jovens para que ele possa enfrentar novos desafios na sociedade moderna e tecnológica, devido às mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas da nossa sociedade. O aluno do ensino médio tem no bojo da fundamentação desse artigo, o aprofundamento e a consolidação dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental. E, na verdade, esse aprofundamento e essa consolidação do ensino fundamental trazem dentro de sua concepção uma escola ainda academicista. Esta escola que nós tivemos por muito tempo, se perpetuou até os dias atuais, permanecendo uma cultura academicista, ou seja, baseada no currículo, onde as disciplinas eram fragmentadas. O conhecimento era como se fosse dividido por tachinhas e, hoje, a preocupação que existe na escola de ensino médio é fazer com que o aluno ingresse numa universidade, de preferência pública, e tenha o mesmo direito de igualdade com os alunos do ensino médio da escola particular.

Outra linha de preocupação do ensino médio é a formação para o trabalho, para a cidadania. Outra vertente é, ainda, a preocupação com o aluno que tenha uma visão de cultura, de trabalho, de ciência, tudo isso de forma a garantir uma ampla discussão no Conselho Nacional para que possamos mudar, através de uma nova diretriz para o ensino médio que abranja essas concepções do mundo de hoje, a forma de garantir aos nossos jovens desafios que possam ser atingidos.

Gostaria de falar um pouco do Plano anterior de 2001 a 2011, conforme a lei nº 10.172. Como nós sabemos, garantiram ao ensino médio, recentemente, através desta lei do FUNDEB, a merenda escolar e o transporte escolar e numa discussão do plano anterior, a aquisição de materiais pedagógicos como livros e computadores, a formação dos professores, a valorização dos profissionais de educação através do CEFOR, UNIVIR, UERR e UFRR. Na Conferência Nacional realizamos vários debates para que houvesse mudanças na legislação brasileira e conseguimos, naquela Conferência, um novo modelo. Então, houve um avanço significativo dessa modalidade de ensino

dando oportunidade a nossa juventude de poder ingressar num curso técnico, dando uma formação profissional para eles. Entretanto, temos aqui muitos desafios e a nossa Secretária de Educação citou, em sua apresentação a dificuldade dos nossos alunos em aprender o que é esperado na língua portuguesa. Mas, nós avançamos em alguns pontos e aumentamos a aprovação no ensino médio do Estado de Roraima, que antes era 74% e fomos para 82%. Diminuímos a reprovação e a evasão escolar no ensino médio. Apesar das dificuldades, avançamos. Temos escolas com padrão mínimo funcionando no Estado que tem um bom IDEB. Para o Estado de Roraima foi estabelecido um IDEB de 3.4% e ficamos com 3.5%. Nós temos doze estratégias, o que chamou a atenção foi à quantidade de metas, incluindo a questão da educação profissional dos nossos jovens.

Então, esperamos que todos os segmentos da sociedade sejam ouvidos. Muito obrigado.

A Senhora Presidente da Mesa, Deputada **Teresa Surita** – Convido agora, o Representante dos Pais do Ensino Fundamental e Médio, professor **Elmis Dias**.

O Senhor Representante dos Pais do Ensino Fundamental e Médio, professor **Elmes Dias**. – Bom dia a todos e a todas, gostaria de agradecer à Deputada **Teresa Surita** pela oportunidade, como representante dos Pais, que na realidade os Pais não têm associação e, olhando bem o Plano de 20 metas e 182 estratégias constata-se que cita duas vezes a família. A nossa Secretária **Lenir** sabe muito bem que sem o apoio da família, nós não faremos nada. E mais uma pequena crítica, todos os que discursaram aqui, apenas o Promotor citou uma vez a família. Estamos criando uma proposta de educação, um Plano Nacional de Educação para os nossos filhos e, os Pais não têm conhecimento. Deputada, nós temos os encontros estaduais de educação, temos os encontros Municipais de educação, todos maravilhosos, perfeitos. Mas cadê o encontro dos Pais? Que dia aconteceu encontro dos Pais? Eu sou presidente do APM da Escola São José, nós temos uma presença de 70% dos Pais nas reuniões bimestrais. Só que eu não conheço mais nenhum representante da APM, porque cada um faz um trabalho individualmente. Eu não conheço o representante de Mucajaí, de São Luis do Anauá, de Iracema, por quê? Por que não podemos ter uma associação estadual dos pais de alunos de Roraima? Por que não podemos trazer os pais e dizer que estamos precisando deles, porque

estamos fazendo um Plano de Educação para o seu filho? Será que é tão difícil ouvir esses pais?

Deputada, onde está sua base eleitoral? Não é na família? Porque o pai diz vota na Deputada porque ela é uma boa pessoa, ela está fazendo isso, está fazendo aquilo, e o filho respeita. É muito importante que os Deputados, os Senadores pensem na hora de se reeleger no ano que vem, por que estão buscando a família nesse momento? E por que não buscá-lo para oferecer uma educação de qualidade? Por que não discutir isso? Não com o **Elmes Dias**, que sou pai, mas ninguém sabia que eu estava aqui. Mas, graças a Deus, através da Deputada, teve essa consciência de convidar a Associação de Pais e Mestres a qual eu estou representando, porque senão os Pais não estariam aqui. Pois, as falas, que ouvimos até agora, foram direcionadas, a nossa queria **Ivone Saluti** está aqui e será a última a falar, mas deveria ser umas das primeiras. Como representante de Pais eu deveria ser o primeiro a falar, porque sem o Pai e a mãe o filho não existe. E se o filho não existe Para que vamos fazer escolas? Para que vamos fazer um Plano Nacional de Educação? Então, não tem necessidade. Antigamente não existiam escolas, os pais contratavam professores para ensinar os filhos em casa. Hoje, não, têm muitas escolas e muitos professores e a família. Eu sou professor e digo, dos 30 alunos que tenho, apenas 11 pais comparecem às reuniões, por quê? Com relação à questão da não retenção do aluno, ninguém perguntou para os pais se concordavam que seus filhos mesmo sem saber de nada fossem passados de ano? Isso foi colocado automaticamente sem a anuência dos pais. Então, nós precisamos rever isso. Será que a família está tão degradada dessa forma? Será que a família não existe mais? Será que não precisamos da família na sociedade? Qual a primeira instituição de uma sociedade? Não é a família? Por que estamos passando o carro na frente dos bois? Por que o filho está matando dentro da escola? Por que o filho finge que está na sala de aula e o professor finge que ensina Para ele? O Bolsa Família tem a condição de que os filhos têm que estar matriculado, mas cadê o acompanhamento do pai desse filho? Por que não complementou essa condicionalidade, requerendo que os pais fossem na escola pelo menos uma vez ao mês? Porque os pais estão deixando os alunos na esquina e não mais na porta da escola? Onde não há disciplina, não há aprendizagem. Quem coloca disciplina? A família. A questão ética tem que vir da família, o professor hoje desempenha muitas funções que deveriam ser dos pais. Muitas vezes, o pai que tem o filho na escola à tarde, vai para o botequim e muitas vezes o Conselho Tutelar é chamado porque o pai esqueceu o filho na escola. Então, nós temos

que rever essas metas e vamos trazer a família para dentro da escola, porque a partir do momento em que tivermos parceria sincera com a família haverá um maior desempenho escolar de nossos alunos. Muito obrigado.

A Senhora Presidente da Mesa, Deputada **Teresa Surita** – Obrigada, Professor **Elmes**, gostaria de chamar a Presidente do Conselho Municipal dos Diretores da Criança e do Adolescente, Senhora **Ivone Salute**, que contribui muito para dar uma condição melhor às nossas crianças e adolescentes, tem uma história bonita em Roraima.

A Senhora Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Senhora **Ivone Salute** – Estou muito feliz por estar aqui. Vemos novos tempos, novos horizontes que são vislumbrados a partir de encontro como este, onde se discute a educação tão primordial para o nosso País. Agradeço a Deputada **Teresa** que é uma companheira de muitas lutas pelo direito das crianças e do adolescente e dizer para ela da minha gratidão por trazer esta plenária para o Município de Boa Vista.

Gostaria de iniciar o meu pequeno tempo com uma pergunta: por que os alunos abandonam a escola? Por que há violência na escola? O Doutor **Márcio** falou que 95% dos jovens envolvidos em ato infracional já repetiram, já abandonaram as escolas e estão por aí.

A Secretária **Lenir**, apresentou dados acerca da desistência da repetência. A nossa preocupação com relação aos direitos do adolescente e do jovem é colocar essa pergunta e dizer aquilo que eu gostaria que acontecesse na educação que é estar ligada intimamente à assistência social. Eu gostaria que essas duas políticas públicas trabalhassem juntas, irmanadas, porque se formos atrás dessas perguntas que eu fiz, nós vamos encontrar a falência da política pública da assistência social. Então, quando as famílias não em onde recorrer elas olham a escola como último socorro. O professor hoje é psicólogo, assistente social, educador, delegado e etc. Porque hoje as demandas são colocadas nas escolas por conta de vulnerabilidade, em que e encontram muitas famílias, é muito grande. Então, o professor hoje é convocado para exercer um papel ao qual ele não foi preparado, e ele é cobrado por isso. Então, eu gostaria muito que a assistência social se fortalecesse junto com a política pública de educação com esses novos horizontes, com esse novo plano nacional de educação, portanto, que a política de assistência social realmente olhasse para as famílias. Digo para vocês que nestes trinta anos que trabalho com

direitos da criança e do adolescente neste Estado, eu já disse para inúmeras Secretárias de ação social, para Governadores, que este Estado precisa ter uma política de atenção e valorização da família porque senão os problemas vão continuar desembocados na escola. Então, não haverá plano nacional ou nenhuma novidade na educação que dê jeito, que contenha a realidade que está acontecendo hoje e que, se não tomar uma providência, ficará cada vez pior. Então, a minha proposta é que a assistência social trabalhe intimamente com a política de educação. Outras coisas que gostaria de falar neste momento para minha companheira **Lenir** cuja competência eu conheço a muitos anos, desde que nós éramos militantes de igreja. Então, a **Lenir** colocou aqui as dificuldades da escola. Eu acho que a escola tem que enfrentar os desafios dessa realidade, a gente não pode ficar dando culpa à chuva, à energia elétrica, a educação tem que se preocupar com isso antes do ano letivo, tem que ver as condições da escola. A título de exemplo, há poucos dias um aluno foi quase atingido por um ventilador que despencou do teto da escola. Então, durante o período de férias tem que ser visto tudo isso, se a educação é prioridade e temos desafios imensos por conta das distâncias e das dificuldades que temos no nosso Estado. E, eu não vou me alongar sobre isso, mas a educação tem que ter um plano de enfrentamento disso aí. E não vir para os encontros dizer que a chuva é a culpada, que as escolas estão sem a energia e que as crianças estão com computadores empilhados porque não têm como usá-los. Acho que essas coisas precisam ser enfrentadas pela educação para que ela seja, realmente, boa e forme cidadãos bons e responsáveis para o nosso Estado. Muito obrigado a todos.

A Senhora Presidente da Mesa Deputada Federal **Teresa Surita** - Agradecemos a presença de todos vocês. Ouvimos aqui 13 representantes da sociedade civil organizada do Estado de Roraima. Cada um de vocês recebe nesta pastinha, na entrada, as 20 metas, inclusive, algumas abordadas nas colocações que foram feitas aqui.

Gostaria de dizer que, como Deputada, estou à disposição para a realização de outros debates, encontros e, aprofundar mais esta questão tão importante para nosso País. Tenho certeza que, se nós nos organizarmos, se nós apresentarmos aquilo que é importante para nosso Estado, nesta Comissão Especial na Câmara, será muito bem avaliado e vamos lutar muito para que tudo possa ser direcionado na melhor forma possível. Em conversa com o Secretário Executivo Adjunto do MEC Professor **Francisco**, existem

várias informações que também precisam ser repassadas em cima dessas necessidades, como foi dito aqui. Às vezes a colocação de uma palavra, a falta de uma informação atrasa muito na questão daquele desenvolvimento que a gente precisa, principalmente no que diz respeito às nossas crianças e jovens. Eu tenho história em Boa Vista que marcou minha vida, como Prefeita, durante muitos anos, onde convive, enfrentei na prática muitas situações, e vocês mais do que ninguém sabem disso. Tento falar isso em Brasília, mas não consigo expressar exatamente a importância e o tamanho que foi lidar com a violência da cidade, mas se conseguiu acabar com as galeras, através do Projeto Crescer, foi criada uma escola que ensinava matemática, através do xadrez; ensinava português, através do hip hop, que tinha o ensino diferenciado, aprovado pelo MEC, e que foi duro encontrar a linguagem a oferecer para esses jovens que praticavam a violência, usavam drogas, enfim, reduzimos 68% da violência em 6 anos dentro de Boa Vista. Então é possível fazer quando se tem compromisso político, vontade política, ideal político. Entendo a importância da participação da família, a valorização dos professores, o quanto é importante discutir esse assunto para que daqui a 10 anos, possamos estar discutindo novo plano, novas metas, comemorando o que se avançou até aqui.

Quero agradecer muito a todos vocês, me coloco à disposição, o **Josivaldo** pode ir até Brasília, mas nem todos podem. Professora **Lenir**, afirmo com certeza que organizados podemos encontrar o caminho de como fazer. Isso cabe muito à nossa responsabilidade, a mim, como Deputada, **Lenir**, como Secretária de Educação Estadual, responsável por tantas questões importantes. Mas, cabe também a cada organização, cada Secretário Municipal, a cada Prefeito, encontrar os caminhos e vencer as dificuldades. Aprendi uma coisa, que é real a quem está executando. O problema nunca vai terminar, mas vai se transformar. Vamos resolver um problema de uma escola, vai queimar o transformador da outra, vamos resolver um problema de uma estrada, cai uma ponte na outra. Agora, temos que ter a coragem de enfrentar, e o planejamento para que se possa construir.

Quero agradecer ao Deputado **Angelo**, um Deputado extraordinário, é uma das pessoas por quem tenho maior carinho, a felicidade de tê-lo conhecido em Brasília. Na vida, a gente passa por coisa que vale a pena, e hoje estar nesta Comissão está sendo muito importante. Passo a palavra a ele, que, certamente, contribuirá e vai agradecer a cada um de vocês. E, mais uma vez, me coloco à

disposição para qualquer tipo de debate, conversa, encontro, para que possamos caminhar para dias melhores.

O Senhor Deputado Federal **Angelo Vanhoni** – Sobre limite de crianças que precisam ser incluídas na educação infantil. Na Europa que são Países desenvolvidos, as crianças com 3 anos de idade já estão numa pré-escola, mas não estão aprendendo a ler nem escrever. Este processo começa a partir de 6 anos de idade. Antes dessa idade, é desenvolvendo todo, outro tipo de linguagem no desenvolvimento da inteligência e capacidade de aprendizagem da criança. Isso é feito há mais de 50 anos, na Europa, quando a criança entra no processo de alfabetização a partir dos 6 anos de idade, ela já entra com uma bagagem e com desenvolvimento emotivo e intelectual de sensibilização muito deferente das nossas crianças do Brasil, onde não tem escola, praticamente, não temos cobertura para educação infantil. Há apenas 10 anos que a gente vem tematizando a educação infantil no Brasil, e ainda estamos longe de universalizar. Se nós atendermos essa meta nos próximos 10, anos vai trazer um impacto na qualidade de ensino do nosso País. As futuras gerações vão ter mais condições de incluir o ensino fundamental e concluir o ensino médio. Então, essa meta é uma das primeiras que temos que fazer, que implica em construção de escolas, implica na contratação de professor, diretrizes pedagógicas para esse momento da educação de nossas crianças. Será uma revolução na educação do Brasil o atingimento da meta da educação infantil.

Outro grande problema que nós temos é no ensino médio. Se hoje olharmos a juventude quando completa 15 anos de idade, seja em Roraima/Boa Vista, lá no Rio Grande do Sul ou no Amazonas, ele já está conectado com o que está acontecendo no mundo, mas a vida da escola, muitas vezes, não está acompanhando os grandes acontecimentos e velocidade que se está transformando. O jovem tem contato através de um telefone que pega internet numa lan house em costumes, maneiras de ver o mundo e a vida, da mesma forma que o jovem de Nova Iorque, cidade do ponto de vista econômico, cultural, é o topo do mundo. Por causa da conectividade que existe, hoje, no planeta, aqui a juventude por certa já ouviu falar de hip-hop, os jovens daqui estão querendo fazer letras de músicas de hip-hop, estão começando a decodificar o que tem na sociedade, é a mesma coisa que o jovem de Pais, Nova Iorque, enquanto, muitas vezes, a escola, tal qual nós percebemos e como o sistema vem trabalhando a escola, está aquém dessa juventude, aos 15 anos de idade. O jovem, hoje, Parece estar pronto, encara o mundo e a vida, e

já quer assumir o desafio Para tocar sua vida própria. O nosso sistema de ensino apresenta quase 50% de abandono dos nossos jovens no ensino médio. Aí, o que acontece com a juventude? Não vai ter emprego qualificado, dificuldade em fazer a leitura correta da sua vida e do mundo, vai ter uma vida completamente frustrada, quer casar ou namorar, construir sua casa. É a realidade do sistema educacional que temos hoje, para 190 milhões de brasileiros, e perto de 62 milhões de jovens do sistema educacional brasileiro. Mudar essa realidade, enfrentar esse desafio, os professores que vieram falar de ensino médio, tecnológico e educação infantil sabe diagnosticar os problemas, o que o MEC, Poder Executivo está identificando e mandando como proposta de alteração, talvez o problema do ensino médio seja a questão da profissionalização: o jovem termina o ensino médio, mas sabe que nunca vai entrar numa universidade, porque tem duas ou três universidades para 50 milhões de jovens em idade de fazer um curso profissional. Então o horizonte de formação profissional de nível superior a muitos anos, foi completamente um horizonte perdido para maioria da juventude. Daí se pergunta. Por que o jovem abandona o ensino médio? Que sentido tem o ensino médio para juventude? Ele pensa, reflete e se pergunta. Será se vou cursar uma faculdade? Não vou. Vou terminar e não vai me ajudar para ter meu emprego. Então uma das propostas é a profissionalização, é avançar e estimular para que o ensino médio brasileiro dê uma perspectiva de formação para o mundo de trabalho para nossa juventude. O desafio está em formar nosso jovem para a força do trabalho, mas não desconhecer quem desconsiderar a formação geral para cidadania que as nossos escolas devem contemplar também, este é o desafio.

O Governo vem investindo nas Escolas Técnicas, e tem uma meta que não sei se podemos abraçá-la, porque fala em dobrar os números de matrículas. Hoje temos um milhão de jovens freqüentando algum curso profissionalizante enquanto a meta é para fazer dois milhões, dobrar daqui a 10 anos. Não sei se é esta meta. Se é uma meta audaciosa ou se é uma meta que pode ser ampliada, essa é uma discussão que a câmara dos Deputados vai desenvolver sobre educação infantil, ensino profissionalizante e outra que repercute direto na qualidade do nosso País. Na Europa uma criança fica em média seis a sete horas no processo de aprendizagem na escola com o professor, educador; no Brasil a média é quatro. Então, temos que marchar rumo à educação integral, a gente fala que Coréia, a França, Estados Unidos investiram na educação, mas investiram onde? Investiram na educação integral, ensino profissionalizante, educação infantil. A Argentina investiu na educação superior tem oferta para os jovens de 35 a 40%

das vagas de matrículas no ensino superior, o Brasil com todo poder econômico que nós temos tem oferta de ensino superior apenas 12% para nossos jovens, temos 44% dos jovens em idade para estar numa formação de nível superior, porém temos apenas 7,8 milhões de jovens cursando o ensino superior.

Então, são desafios, se a gente quer mudar o Brasil, temos que olhar essa realidade, aprofundar esse diagnóstico, que precisa de dinheiro e qual o método de trabalho? Como vamos focar a nossa ação do Governo Federal dos Estados e municípios para que mudar esse quadro do Brasil, para que daqui a 10 anos possamos chegar a realizar uma reunião de avaliação? Como estamos fazendo aqui, e dizer, puxa! Mudou muito a realidade da educação em nosso País. Hoje a educação infantil, se não era aquilo que pretendia, mas são 70, 80%, das escolas para nossos jovens, hoje, é uma realidade de ensino profissionalizante. O ensino superior evoluiu em termos de matrículas, o ensino integral são 50% das escolas que estão oferecendo para os nossos jovens, e a gente pode ter orgulho de que a coisa principal do processo da educação é reconstruir o Brasil, que os professores em todo Território Nacional têm o salário indigno, são dois milhões e 300 professores, 54% ganham 600 a 700 reais, enquanto que o piso aprovado pelas Câmaras dos Deputados e sancionado agora pelo Supremo Tribunal é de 1.187,00.

Então não adianta a gente pensar transporte, em escola com boa estrutura, é muito importante, se não tiver escola não há processo educacional, tecnologia de informação, computador, acesso à internet banda larga, é muito importante no mundo de hoje, biblioteca, é fundamental para que a criança tenha uma fonte de estudo, aprenda consultar um livro, desperta a curiosidade dela, sempre querer aprender mais, essa é a finalidade da biblioteca, instrumento de estudo, os laboratórios, importante para aprender uma profissão, ter um conhecimento prático. Terminado o curso, ele pode disputar a um emprego, ele não depende de ninguém, ele tem o conhecimento, ele vai se decidir na vida dele. É isso que o cidadão necessita. Que se sintam autônomas, independentes, é para isso que existe a educação, para que cada um tenha os instrumentos de se colocar de pé na vida, enfrentando a vida de nariz erguido, é isso que a gente quer para nossa juventude. Tudo isso tem uma espinha, nervo e uma alma, é o professor. O esforço que o Brasil tem que fazer nesse plano de meta para chegar daqui a 10 anos, salários médios para todos os professores em todo território nacional, estar enquadrando dignidade onde os jovens talentosos que gostam de química, matemática ou que aprendem ler **Guimarães Rosas, Machado de Assis, José de**

**Alencar**, gostar de fazer uma Redação, ter talento para fazer uma poesia, gostar de cantar, ter vocação para letras, para que esses jovens sintam vontade e se sintam atraídos para entrar na profissão do magistério, enfim, que esses talentos, através do magistério, promovam o ensino e construam o conhecimento para futuras gerações. Se nós não formos capazes de disponibilizarmos a eles esses recursos nos próximos 10 anos, não vamos preparar o futuro que o Brasil precisa e merece.

O Brasil está crescendo economicamente, talvez em índice de 4, 5, 6%, é um momento novo da nossa história, é ciclo de crescimento econômico, proporcionando uma qualidade de vida para o povo brasileiro, é pensar no Brasil com o futuro promissor. Não há outro caminho a não ser com o conhecimento, valores simbólicos da vida.

Eu perguntei a **Lenir**, se aqui existem muitas comunidades indígenas. Segundo ela, são 13 comunidades indígenas, e aqui há presença das comunidades indígenas, que é o Brasil profundo, é a alma profunda de nosso País, presentes aqui em Roraima, no hemisfério norte, mas a maioria da população está no hemisfério sul. A grande diferença é que aqui está presente a memória profunda do nosso povo, da nossa história. É importante fazer uma relação com a cultura, às vivências culturais nas comunidades. No momento em que o pai falou do distanciamento, talvez, tenha razão, entendi o recado, de que como não estávamos falando sobre a família, como, também, nós não estamos falando sobre valores culturais do nosso povo, o teatro, a dança, música e expressão corporal que é uma forma de transmitir os valores de uma comunidade, mas que sintetize os valores da comunidade, que se manifeste expressão cultural e artística do povo, no entrelaçamento dessas preocupações com educação sistematizada.

Então, **Teresa**, muito obrigado pelo convite, e aprovado na Comissão Especial a vinda para Roraima, acho que o **Chagas** grande coordenador desse processo do Ministério da Educação, coordenador da CONAI, do movimento de todos os professores Municipais e estaduais que culminou com o diagnóstico do nosso País, no plano anterior, e agora neste plano, tem uma militância, trabalho, dedicação à educação do povo brasileiro que só nos deixa orgulhos da sua Participação no Ministério de Educação, tenho certeza que o **Chagas** sai com a mesma impressão que eu, nós viemos aqui não para dizer alguma coisa para vocês, mas, ouvi-los.

Tenham certeza que os ouvimos, e sairemos daqui energizados para percorrermos o resto do Brasil na tentativa de fazer uma lei que esteja à altura do desafio do povo brasileiro não só para

resgatar a dívida no passado que nós temos, mas, sobretudo, para apontar o caminho do futuro que nós queremos para o povo brasileiro, um futuro com igualdade, fraternidade, conjunto da população e dignidade para seu povo.

Um abraço a vocês, eu preciso correr, junto com o **Chagas**, o vôo sai daqui a pouco. Prometi à **Teresa**, vou voltar para Manaus para uma Audiência Pública, virei passar aqui uns dois dias para conhecer as tribos e vocês melhor. Muito obrigado.